

Ponderação do parecer da APA/ARHTO

(matéria de PDM)

14/10/2024

QUADRO 3

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE / ADMINISTRAÇÃO REGIONAL HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA-ARHTO)

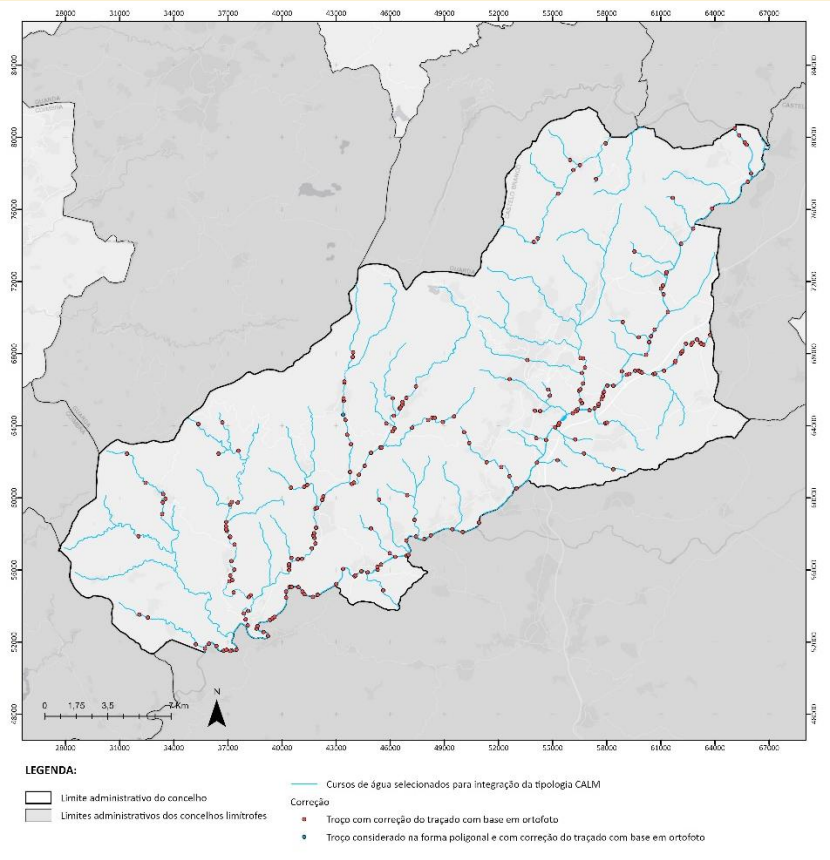
Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva, para suporte à Reunião Setorial – PROPOSTA DE PLANO

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CARTOGRAFIA DE BASE (TEMA HIDROGRAFIA)				
CART.01	3	<p>(...)</p> <p>Deste modo, foi efetuada a análise das shapefiles incluídas em 03_Rede_Hidrografica, integradas na pasta 0503_CART_BASE, de acordo com os pressupostos acima transcritos. Dessa análise considera-se de destacar o seguinte:</p> <p>Verifica-se que a representação cartográfica da rede hidrografia do concelho se encontra muito incompleta, tendo em conta as fontes de informação já identificadas e a Carta Militar 1/25.000 (informação de referência).</p> <p>São apresentados, em anexo, extratos da Carta Militar e dos Ortofotomapas 2018 com a sobreposição das shapefiles 03_Rede_Hidrografica, para exemplificação das situações detetadas que carecem de revisão, designadamente no que respeita a:</p> <p>a) Omissão de linhas de água existentes no território e representadas na cartografia de referência;</p> <p>b) Linhas de água representadas apenas parcialmente;</p> <p>c) Falta de conectividade hidráulica.</p> <p>(...)</p> <p>Na medida em que esta informação é fundamental para a definição do modelo de ordenamento do concelho, e crucial para a identificação das condicionantes do solo, bem como para a delimitação da REN, deve a mesma ser revista de modo a permitir a obtenção de uma planta da rede hidrográfica do concelho.</p> <p>No decorrer da análise detetou-se, ainda, que a ilha existente na albufeira de Cova do Viriato se encontra classificada na cartografia de base como 12040301_Lagoa (03_CB_Rede_Hidrografica_poligono), devendo este aspeto ser corrigido.</p>	<p>A DGT aferiu o cumprimento das <u>especificações técnicas (versão 1.0)</u> em vigor à data de início do procedimento (12/09/2019) e todos os parâmetros em análise obtiveram aprovação, o que resultou na homologação da cartografia, notificada em 28/06/2021, pelo ofício n.º S-DGT/2021/3973, de 28/06/2021, que concluiu o seguinte: “(...) conforme relatório de verificação enviado em 21 de junho de 2021 (...), tendo sido determinado para todos os parâmetros de avaliação valores consonantes com as especificações técnicas, a referida cartografia foi homologada, conforme despacho de 27 de junho de 2021.”</p> <p>De acordo com relatório da DGT: “Os parâmetros considerados para a avaliação desta cartografia têm como referência as especificações técnicas da DGT e visam aferir qualidade da produção cartográfica”, tendo concluído que “os dados digitais entregues estão em concordância com os procedimentos de homologação”, pelo que não foi identificada qualquer desconformidade na cartografia hidrográfica, ou nos outros temas cartográficos homologados.</p> <p>Acresce que a homologação da cartografia foi assegurada por empresa que consta da <u>listagem de entidades coletivas autorizadas para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial, disponibilizada pela DGT</u> (Alvará n.º 01/2022 CP válido até 03/02/2027), entende-se que os métodos e procedimentos seguidos tenham sido os mais adequados, conhecidos à data.</p> <p>Mesmo considerando a <u>versão das especificações técnicas mais recente (v.2.0.1), posterior ao procedimento de homologação</u>, verifica-se que as alterações não põem em causa os aspetos indicados pela APA/ARHTO, nomeadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tanto no que respeita às definições como às regras de representação das águas lênticas (“Lagoa”, “Albufeira” ou “Charca” – conforme definição na v1.0), e ainda que a situação identificada pela APA/ARHTO não esteja diretamente relacionada com a representação da albufeira, mas com a classificação atribuída, verifica-se que, entre versões das especificações técnicas, apenas foram clarificados alguns aspetos, nomeadamente os seguintes:</li><li>- A versão 1.0 considerava a cota plena de armazenamento conhecida, admitindo a representação “<u>a partir da informação disponível</u>” apenas nas situações em que se desconhecia essa cota;</li><li>- A versão 2.0.1 esclarece que deve atender-se a “<u>indícios de presença de água no momento da representação</u>” - metodologia que se aplica a todas as situações, mesmo desconhecendo as cotas plenas de armazenamento;</li><li>- No que se refere à representação dos cursos de água, também não se verificam diferenças significativas entre as duas versões das especificações técnicas, sendo <u>apenas reforçada a necessidade de representação dos vértices também na componente tridimensional</u>;</li></ul> <p>Sem prejuízo, em relação à representação das linhas de água há que distinguir as que apresentam descontinuidade das que não são representadas na íntegra, pelo que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atendendo à regra específica (4.6) a que se referem as especificações técnicas, que define que “Quando um curso de água atravessa uma massa de água totalmente rodeada por terra</li></ul>	Recomendação parcialmente acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p>(...) então também é representado por um eixo”, será corrigido este aspeto, garantindo a conectividade das linhas de água cartografadas;</p> <p>- Em relação às linhas de água que a APA/ARHTO considera que estão em falta, importa referir que:</p> <p>- Os <u>estereorrestituídores restituem o que se encontra no terreno à data do voo</u>, pelo que a cartografia 1/25000 apenas é utilizada como base para a classificação das linhas de água principais, por exemplo rios, ribeiras e ribeiros;</p> <p>- A disponibilização de cartografia militar compete ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), por força das competências atribuídas pelo Decreto Regulamentar nº 11/2015, de 31 de julho, sendo elaborada à escala 1/25000, enquanto o procedimento de Revisão do PDM, em curso, considera a escala 1/5000 – mesma escala da cartografia homologada;</p> <p>- Assim sendo, a elaboração da cartografia militar, a escala mais afastada do território, tem como referência a altimetria, o que resulta na representação de todas as linhas de escorrência, mesmo que não tenham leito constituído, ou, pelo menos, visível no território;</p> <p>- Por sua vez, também na Lei da Água, publicada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação atual, define «Leito» como <u>“o terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades”</u>;</p> <p>- Face ao exposto, entende-se a posição da APA/ARHTO é legítima do ponto de vista da gestão do domínio hídrico, no entanto não poderá, nesta fase, ser acolhida pela Câmara Municipal, pelo menos no procedimento de revisão do PDM. Sem prejuízo da necessidade de representação de linhas de água que não constam da cartografia homologada não foi identificada pela DGT, a realização dos trabalhos e procedimentos necessários para efetivar esse complemento implicaria o incumprimento dos prazos a que as Câmaras estão obrigadas para conclusão do procedimento de revisão do PDM.</p> <p>Acresce que, conforme demonstrado nos elementos submetidos à primeira reunião plenária do PDM e descrito na memória descritiva e justificativa da delimitação da REN, foram aplicadas as metodologias indicadas nas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR) previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), conforme disposto na Portaria 336/2019, de 26 de setembro (alterada pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro):</p> <p>- Concretamente no que se refere à representação da tipologia cursos de águas e respetivos leitos e margens (CALM), foram selecionadas as linhas de água identificadas na cartografia de base, que cumprem os seguintes critérios mínimos para serem integradas na REN, de acordo com as novas OENR, com referência a informação extraída do Sistema Nacional de Informação de Ambiente - SNIAmb (plataforma da APA):</p> <p>- Leitos normais dos cursos de água que drenam bacias hidrográficas com uma área mínima de 3,50 km²;</p> <p>- Cursos de água de ordem igual ou superior a 3 na classificação de Strahler (tendo por base o cruzamento dos cursos de água identificados na cartografia de base do PDM (escala 1:5.000) com a “Rede Hidrográfica Geocodificada”;</p> <p>- Foram ainda considerados outros cursos de água que detenham relevante interesse ecológico a serem igualmente salvaguardados no âmbito da REN, nomeadamente os abrangidos pela</p>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p>Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e ainda os cursos de água com interesse piscícola, classificados através do Aviso n.º 12 677/2000 (2.ª série), 17 de julho;</p> <p>- Ainda que as OENR indiquem a inclusão dos cursos de água associados/potenciais contribuidores à formação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), este critério não foi aplicado porque esta tipologia não foi ainda delimitada, devido aos constrangimentos verificados no âmbito do Estudo Hidrológico e Hidrográfico e que são do conhecimento da APA/ARHTO;</p> <p>- Sem prejuízo, verifica-se que as linhas de água “existentes não representadas na cartografia base”, a que se referem as figuras 1 e 2 do parecer da APA/ARHTO, não constam da informação geográfica disponibilizada no SNIAmb (nas shapefiles correspondentes aos critérios supra identificados), pelo que se entende que a situação identificada não tem implicação direta na delimitação das CALM, encontrando-se assim justificada a referência na página 15 do parecer;</p> <p>- Decorre ainda das OENR que “os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, ou seja, da nascente até à foz e a sua integração na REN deve ser precedida da verificação da sua evidência no terreno”, o que justifica que nem todos os cursos de água integram REN;</p> <p>Por outro lado:</p> <p>- De acordo com <a href="#">Guia de apoio sobre a titularidade dos Recursos Hídricos, disponibilizado pela APA</a>, compete à APA a disponibilização da seguinte informação: Autos de delimitação de Domínio Público Hídrico; Limites de leitos e margens das águas do mar e das águas navegáveis e flutuáveis sob a sua jurisdição; Identificação de zonas de risco; Navegabilidade de cursos de água.</p> <p>- Conforme já descrito, a informação disponível no SNIAmb não contempla todas as linhas de água que se encontram assinaladas em cartografia militar, acrescendo que (como também já referido) a disponibilização de cartografia militar compete ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), por força das competências atribuídas pelo Decreto Regulamentar nº 11/2015, de 31 de julho.</p> <p>Importa assinalar que as condicionantes relacionadas com o domínio hídrico se encontram já devidamente salvaguardas no Regulamento do Plano, designadamente no Artigo 6.º, que determina a aplicação, na área do território municipal, dos regimes das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, entre as quais se incluem as servidões associadas aos recursos hídricos, vertidas na Planta de Condicionantes.</p> <p>No sentido de salvaguardar eventuais limitações da cartografia de base do Plano, o Regulamento integra, no seu Artigo 8.º, um conjunto de disposições que visa a salvaguarda dos recursos hídricos, cuja redação integral se transcreve:</p> <p><i>“Artigo 8.º -Recursos Hídricos</i></p> <p><i>1 – A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.</i></p> <p><i>2 – Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.</i></p>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p><i>3 - A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.”</i></p> <p>Importa ainda assinalar, relativamente à REN e, mais especificamente, à proposta de delimitação da tipologia “Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens” (CALM) que integra os elementos da REN submetidos no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O Município efetuou um esforço adicional de aferição do traçado dos cursos de água que se propõe que integrem a tipologia CALM (num processo que se veio a revelar bastante trabalhoso e moroso, e que será impossível replicar para todos os restantes cursos de água);</li><li>- Na parte final do subcapítulo 3.1.1 da Memória Descritiva da proposta de REN Bruta, efetua-se uma breve descrição do processo de aferição levado a cabo:</li></ul> <p><b>Aferição do traçado dos cursos de água</b></p> <p><i>No decorrer na delimitação dos leitos (forma poligonal e forma linear), observou-se a existência de erros pontuais na cartografia base (homologada) no que diz respeito ao traçado real dos cursos de água identificados e ainda troços omissos. Nestes casos, optou-se pela correção do posicionamento dos leitos com base no Ortofoto 25 cm – Zona norte de Portugal Continental do ano 2018 complementada pelo ano de 2021.</i></p> <p><i>Esta análise teve ainda em consideração o traçado dos cursos de água identificados nas cartas militares de Portugal à escala 1:25000, informação altimétrica e cartografia da REN em vigor do concelho.</i></p> <p><i>Procedeu-se, também, à aferição/delimitação, na forma poligonal, dos cursos de água onde se observasse uma largura de leito superior a 5 metros (ainda que alguns surgissem, inicialmente, na cartografia de base, representados pela forma linear). Esta aferição teve por base a observação dos diferentes ortofotomapas acima referidos.</i></p> <p><i>Na delimitação do leito em forma poligonal, efetuaram-se ainda correções de modo a incluir a totalidade da massa de água (visível nos ortofotos DGT dos anos 2018 e 2021), com a inclusão de pequenos bancos de areia, lodeiros e/ou cascalheiras, que a cartografia de base excluiu. Importa referir que estes bancos de areia e outras zonas de leito com areias/cascalhos e lodeiros, tem especial importância na ecologia e morfologia fluvial e na dinâmica de sedimentos, devendo incorporar a tipologia CALM – Leitos. Nesta aferição, incluiu-se ainda, pequenas represas de água (função de rega e/ou abeberamento animal) que se identificaram incluídos no leito dos cursos de água integrados em CALM.</i></p> <p>- A imagem seguinte, extraída da MDJ da REN, demonstra a quantidade de pontos de correção que resultaram deste processo. Refira-se a informação geográfica relativa a estes pontos de correção (<i>shapefile</i> de pontos “pnt_rev_CALM_Covilhã”) foi também disponibilizada no processo da REN entregue, na informação intermédia de delimitação da tipologia CALM;</p>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div><p><b>LEGENDA:</b></p><ul style="list-style-type: none"><li>Limite administrativo do concelho</li><li>Limites administrativos dos concelhos limítrofes</li><li>Cursos de água selecionados para integração da tipologia CALM</li><li>Correção<ul style="list-style-type: none"><li>Troço com correção do traçado com base em ortofoto</li><li>Troço considerado na forma poligonal e com correção do traçado com base em ortofoto</li></ul></li></ul></div> <p>- Para além deste cartograma, constam também da MDJ, bem como do documento de resposta/ponderação dos pareceres, algumas imagens exemplificativas do tipo de acertos/aferição efetuados.</p>	



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	4	<p><i>No que respeita à proposta de Regulamento, as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (Título II) constam dos artigos 6º, 7º e 8º.</i></p> <p><b>Artigo 6.º</b> - Identifica as seguintes SARUP, relevantes no contexto da presente análise, “vertidas na planta de condicionantes”:</p> <p>a) Recursos Hídricos:</p> <p>i. Domínio Público Hídrico;</p> <p>ii. Leitos e margens dos cursos de água, Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada;</p> <p>iii. Albufeiras de águas públicas – Cova do Viriato (classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro) e Covão Ferro, sujeitas ao regime de proteção estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio;</p> <p>iii.i) Zona Reservada da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira</p> <p>iii.ii) Zona Terrestre de Proteção da Albufeira</p> <p>1. Recursos ecológicos:</p> <p>i. Reserva Ecológica Nacional (REN);</p> <p><i>Relativamente à alínea ii, deve ser alterada a redação, separando os “Leitos e margens dos cursos de água” e a “Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada” em alíneas independentes, na medida em que se trata de assuntos distintos.</i></p> <p><i>No que respeita às Albufeiras de águas públicas devem ser referidas todas as zonas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, ou pelos planos de ordenamento de albufeiras em vigor, constatando-se que a redação proposta se encontra incompleta.</i></p>	<p>Reformular a redação da alínea ii) em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Reformular a redação da alínea iii), de modo a integrar todas as zonas identificadas no capítulo IV (Zonamento) do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, que aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas, bem como as zonas identificadas no artigo 11.º (Zonamento) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato.</p>	Recomendação acolhida
REG.02	5	<p><i>Constata-se que a alínea “h) Infraestruturas” não inclui qualquer referência às redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (as quais são referidas no artigo 147º entre outros), devendo esta questão ser revista ou esclarecida.</i></p>	<p>Não obstante as redes de abastecimento de águas e de drenagem de águas residuais serem identificadas no artigo 147.º do Regulamento (enquanto sistema territorial e não, necessariamente, como SRUP), é assumido, de forma expressa, no n.º 2 deste artigo, que apenas algumas das componentes do sistema de infraestruturas se encontram abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o que não se verifica no caso das redes referidas.</p> <p>No artigo 6.º do Regulamento apenas são identificadas as SRUP efetivamente constituídas nos termos da legislação aplicável.</p>	N.A.
REG.03	5	<p><i>O nº 2 deste artigo estabelece que “2 – A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior não é prejudicada pela eventual ocorrência de omissões na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, sobre os elementos gráficos e escritos do Plano”.</i></p> <p><i>Sugere-se a revisão da redação no sentido de tornar mais simples e claro o entendimento.</i></p>	<p>Reformular a redação da disposição, de modo a reforçar a sua legibilidade e interpretação. O que se pretende é deixar claro no Regulamento que eventuais omissões ou imprecisões na espacialização das SRUP na Planta de Condicionantes não põem em causa a obrigatoriedade de cumprimento estrito do que está previsto nos diplomas legais ou instrumentos regulamentes que constituíram as mesmas SRUP.</p> <p>Articular com a redação sugerida pela entidade no âmbito do contributo REG.04.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.04	5	<p><b>Artigo 8.º - Recursos Hídricos</b></p> <p>1 – A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.</p> <p>2 – Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.</p> <p>3 - A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.</p> <p>Relativamente às propostas dos números 1 e 2, sugere-se que seja adotada a seguinte redação:</p> <p>“As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica”.</p>	<p>A CMC tem dúvidas sobre o âmbito de aplicação da norma proposta pela Entidade. Ao referir-se “ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros”, está-se a remeter para situações de omissão (linha de água não representada), e não para situações de incorreta representação das linhas de água. Considera-se que neste artigo se deveriam acautelar os dois tipos de situações.</p>	Recomendação não acolhida
REG.05	5-6	<p>Importa salientar que existem no concelho da Covilhã duas Albufeiras de Águas Públicas (AAP): Cova do Viriato e Covão do Ferro, ambas classificadas como protegidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, pelo que a redação apresentada deve ser revista. Saliente-se, contudo, que no caso da Albufeira da Cova do Viriato se encontra em vigor o POACV já referido, aplicando-se, portanto, as condicionantes estabelecidas por esse plano especial. No caso da albufeira do Covão do Ferro, na inexistência de POA, aplica-se diretamente o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.</p>	<p>Reformular a abordagem no Regulamento, de modo a acautelar os diferentes regimes de proteção instituídos para as duas albufeiras de águas públicas, uma vez que apenas existe Plano de Ordenamento para a Albufeira da Cova do Viriato.</p> <p>Considerar as diferentes faixas de proteção preconizadas no Decreto-Lei n.º 107/2009 e no POACV.</p>	Recomendação acolhida
REG.06	6	<p><b>2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV)</b></p> <p>A proposta de Regulamento inclui um Capítulo V – Áreas de Salvaguarda, cuja Secção II é específica sobre as Áreas Sujeitas ao Regime de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato. Relativamente ao normativo proposto verifica-se que:</p> <p>a) Considera-se que deve ser revista a designação desta secção, na medida em que não se trata de “Áreas Sujeitas ao Regime de Proteção” de uma Albufeira de Águas Públicas, mas sim da área de intervenção do POACV, ou seja, do regime estabelecido por um POA que incide sobre a Zona Terrestre de Proteção de uma albufeira específica. Deste modo sugere-se que a designação seja alterada para “Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato”;</p>	<p>Considerando o âmbito de regulamentação das normas transpostas do POACV, que incidem exclusivamente sobre a zona terrestre de proteção da albufeira, concorda-se com a sugestão da Entidade de alterar a designação da secção II do capítulo V.</p>	Recomendação acolhida
REG.07	7	<p><b>2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV)</b></p> <p>(...)</p> <p>c) Na sequência do já referido no âmbito da análise das condicionantes, a largura da zona reservada da albufeira da Cova do Viriato decorre do estabelecido no POA, ou seja, 50 metros. Assim, e tendo em conta a redação atual do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, que estabelece uma largura diferente (aplicável à zona reservada da albufeira de Covão do Ferro pelo facto de não se encontrar abrangida por POA), sugere-se que seja introduzida uma referência explícita à largura da Zona reservada da albufeira de Cova do Viriato no Regulamento. Esta nota poderá ser introduzida no Artigo 163.º - Atos e atividades interditas, nº 3 (ou, em alternativa, considerada na alteração da redação do artigo 8º - Recursos Hídricos a efetuar);</p>	<p>Por uma questão de clarificação dos diferentes regimes que se aplicam nas duas albufeiras (o plano de ordenamento, num caso, e o Decreto-Lei n.º 107/2009, no outro), será mais conveniente fazer esta referência (que na prática deverá fazer menção aos dois regimes de proteção das duas albufeiras) no art.º 8.º.</p>	Recomendação acolhida
REG.08	7	<p>d) No Artigo 161.º - Identificação, no nº 1 deve ser corrigida a gralha detetada na redação (está “nível do plano armazenamento”, devendo ser “pleno armazenamento”);</p>	<p>Corrigir a gralha identificada.</p>	Recomendação acolhida
REG.09	7	<p>e) Deve ser justificada a não inclusão no Artigo 5.º - Definições e Siglas das definições estabelecidas no POACV e identificadas pela CCDR Centro no documento que identificou as normas a transpor para o PDM, designadamente: ilha, margem, Nível de pleno armazenamento (NPA) e plano de água;</p>	<p>Integrar no artigo 5.º do Regulamento as definições elencadas pela entidade, em conformidade com o exposto no documento mencionado (POACV).</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.10	7	<p>f) Confirma-se que as normas identificadas pela CCDR-C para efeitos de transposição para o PDM da Covilhã se encontram incluídas na proposta, sendo que a proposta opta por manter várias especificações do POACV tal como foi feito no procedimento da “3.ª Alteração do PDM da Covilhã — alteração por adaptação”, publicada através da Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro, sobre a qual foi previamente emitido o parecer destes serviços com referência (S004699-202001-ARHTO.DPI);</p> <p>g) Relativamente ao Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato, a redação proposta do artigo 166.º é semelhante à adotada na 3ª Alteração do PDM, sendo referidos os equipamentos previstos no POACV neste âmbito, acautelando a possibilidade da instalação neste espaço.</p> <p>Verifica-se, todavia, que neste artigo não foi considerado o parecer acima identificado relativo à transposição do artigo 16º, nº 5 (“No decurso dos trabalhos de construção, devem ser tomadas as medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactes negativos correspondentes”) o qual referia que “Não se encontrando estas referências de modo genérico no Regulamento do PDM, devem ser incluídas neste artigo”.</p>	Integrar no artigo 166.º, referente ao “Espaço de recreio e lazer da albufeira da Cova do Viriato”, uma nova disposição, nela se integrando a redação constante do n.º 5 do art.º 16.º do Regulamento do POACV.	Recomendação acolhida
REG.11	7	h) No artigo 163º, nº 4, em “aplica-se à zona reservada o disposto no número anterior”, deve retificada redação para “o disposto nos números anteriores” tendo em conta que se aplicam os diversos pontos antecedentes deste;	Corrigir a redação da disposição, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.12	7	i) Nos artigos 164º nº 2, 165º nº 2, 166º nº 2 e 167º nº 2 deve ser retificada a remissão apresentada para o artigo 162º, na medida em não se encontra correta (a remissão deve ser para o artigo 163º);	Corrigir o lapso e assumir a remissão para o artigo 163.º (Atos e atividades interditas) do Regulamento (ou o artigo correspondente que resulte de uma eventual reestruturação do documento)	Recomendação acolhida
REG.13	7	j) A redação do artigo 167º deve ser revista no sentido de respeitar a redação do POACV, quer no nº1 (“as áreas que do ponto de vista da conservação da natureza se consideram de grande importância” e não “relevância”), quer no nº 2 cuja adaptação deverá manter as especificidades previstas no POACV (sugere-se: “e(...) nestes espaços são permitidas atividades de educação ambiental e percursos pedestres em trilhos existentes e assinalados na planta” (...)).	<p>Reformular a redação do n.º 1 do art.º 167.º (Espaço de proteção total), em conformidade, com o sugerido e assumir a referência ao termo “Importância”, ao invés de “relevância”</p> <p>Os percursos pedestres mencionados pela entidade correspondem aos percursos assinalados na Planta de Síntese do POACV. A CMC não considera que a representação desses percursos deva fazer parte do modelo territorial do plano especial que é transposto para o PDM. Atente-se, neste particular, ao que que estabelece o RJGT no seu art.º 44.º, n.º 2: “as normas que estabelecem ações permitidas, condicionadas ou interditas, relativas à ocupação, uso e transformação do solo, devem ser integradas nos planos territoriais”. Como tal, não se concorda com a sugestão de alteração da redação do n.º 2.</p> <p>Por uma questão de coerência, deverá ser excluído do articulado o n.º 6 do art.º 163.º.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	6	<p><b>2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV)</b></p> <p>(..)</p> <p>b) No seguimento da alínea anterior considera-se que a “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zonamento da Albufeira da Cova do Viriato e do Parque Natural da Serra da Estrela” deve ser alterada para “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zonamento da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato e do Parque Natural da Serra da Estrela”. Importa, ainda, garantir que esta planta tem uma única designação na totalidade da proposta, assegurando a necessária coerência da revisão do PDM (ver, por exemplo, as redações apresentadas nos artigos 3º, 149º, 161º, 163.º, designadamente nos nº 5, alínea c, e nº 6, 164º, entre outros). A proposta deve ser revista neste aspeto;</p>	Articular com a ponderação relativa ao contributo REG.06.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.02	8	<p><i>Relativamente às Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, no que respeita à transposição do POACV, considera-se de transmitir o seguinte na sequência da análise realizada:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Encontram-se representadas de acordo com o POACV:</i><ul style="list-style-type: none"><li>- <i>O limite da área de intervenção do plano ou da Zona terrestre de proteção da albufeira;</i></li><li>- <i>A área de recreio e lazer.</i></li></ul></li><li>• <i>Não estão conforme o POA os restantes limites, designadamente aqueles que já foram identificados acima na análise das plantas de ordenamento e condicionantes, a destacar:</i><ul style="list-style-type: none"><li>- <i>Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;</i></li><li>- <i>Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;</i></li><li>- <i>Limite do plano de água / leito da albufeira (verifica-se que o limite apresentado corresponde ao que se encontra disponível no SNIAmb, o qual foi adotado para a proposta de limitação da REN, não podendo ser adotado na transposição do POA por implicar alterações no mesmo e ratificação da proposta de revisão do PDM);</i></li><li>- <i>Zona reservada da zona terrestre de proteção albufeira da Cova do Viriato (50 m para além do NPA no caso desde POA);</i></li><li>- <i>Zona reservada da albufeira da Cova do Viriato;</i></li><li>- <i>Limite da ilha existente na albufeira da Cova do Viriato.</i></li></ul></li></ul> <p><i>Conclui-se, portanto, que foram detetadas diversas desconformidades com o POA em vigor, no que respeita à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes.</i></p> <p><i>Importa salientar que a Planta de Ordenamento, para a qual é transposto o modelo territorial / zonamento do POACV, deve respeitar a delimitação publicada e disponível no SNIG, devendo, assim, ser revistos os limites e a configuração dos elementos acima identificados.</i></p>	<p>Na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes compatibilizar os limites das diversas componentes elencadas pela entidade e quês estão associadas ao Plano de Água e à Zona de Proteção, como tal definidos na Planta de Síntese do POACV.</p> <p>Na Planta de Ordenamento, compatibilizar a representação do modelo de ordenamento do POACV com a delimitação disponível no SNIG.</p> <p>Garantir-se-á, desta forma, que todas as componentes do modelo territorial do POACV para as quais são definidas normas específicas no Regulamento se encontram efetivamente representadas na Planta de Ordenamento.</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.01	4	<p><i>Foi efetuada uma análise da informação geográfica relativa à Planta de Condicionantes, considerando-se de referir, entre outros, o seguinte:</i></p> <p><i>a) As servidões administrativas e restrições de utilidade pública do domínio hídrico abrangem a totalidade da rede hidrográfica existente no concelho. Deste modo deve ser tido em conta o acima exposto relativamente ao tema 03_Rede_Hidrografica da cartografia de base apresentada;</i></p>	<p>Articular com o contributo CART.01.</p> <p>A informação relativa à rede hidrográfica será complementada, nas plantas de ordenamento e condicionantes, considerando-se para o efeito a versão corrigida das linhas de água provenientes da delimitação da REN.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
CON.02	4	<p><i>b) Devem ser apresentadas, de forma autónoma, a delimitação do leito e das margens dos cursos de água;</i></p>	<p>Articular com o contributo REG.01.</p> <p>Na Planta de Condicionantes, desagregar a representação do leito e das margens dos cursos de água. Considerar, no entanto, a expressão gráfica e a legibilidade decorrente da escala gráfica da cartografia (1:10.000).</p>	Recomendação acolhida
CON.03	4	<p><i>c) Não é apresentada a delimitação da margem das albufeiras de águas públicas existentes (Cova do Viriato e Covão do Ferro);</i></p>	<p>Integrar na Planta de Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos a representação das margens das albufeiras de águas públicas da Cova do Viriato e Covão do Ferro), considerando para o efeito as larguras estabelecidas no POACV e no Decreto-Lei n.º 107/2009, respetivamente.</p>	Recomendação acolhida
CON.04	4	<p><i>d) A planta inclui a representação de “Leito_de_cheia_2024.05”. Contudo, dado que não é apresentada a proposta de delimitação da tipologia Zonas Ameaçada pelas Cheias (ZAC) na proposta da REN, e que deverá ser essa a delimitação a considerar nas diversas peças da proposta de PDM, não foi efetuada qualquer análise da shapefile “Leito_de_cheia_2024.05”;</i></p>	<p>A proposta de delimitação da REN a apresentar na fase subsequente dos trabalhos de revisão do Plano integrará a delimitação da tipologia Zonas Ameaçada pelas Cheias.</p>	N.A.
CON.05	4	<p><i>e) Deve estar representada nesta planta a Zona Adjacente (ZA) ao rio Zêzere.</i></p>	<p>Integrar na Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos a representação da Zona Adjacente ao rio Zêzere, de acordo com a delimitação estabelecida pela Portaria n.º 1053/93, de 19 de outubro.</p> <p>A representação desta condicionante salvaguarda a articulação com o assumido na subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento do Plano.</p> <p>Observação: questiona-se de que forma será efetuada a retificação da Zona Adjacente ao rio Zêzere.</p>	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da APA/ARHTO

(matéria de PDM)

13/02/2025

### QUADRO 3

#### AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE / ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA-ARHTO)

##### Ponderação do parecer (Ofício S063813-202411-ARHTO.DPI / DAIA.DAPP.00237.2016) – PROPOSTA DE PLANO

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
<b>REGULAMENTO</b>				
REG.14	2	<b>Artigo 4.º</b> Instrumentos de gestão territorial a observar  <i>Deverá ser retificado o ano do diploma de aprovação do PGRI.</i>	Corrigir o ano do diploma de aprovação do PGRI para 2024.	Recomendação acolhida
REG.15	2	<b>Artigos 6º, 7º e 8º</b> (Título II - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública)  <b>Artigo 6.º Identificação</b> - Identifica as seguintes SARUP, relevantes no contexto da presente análise, “(...) vertidas na planta de condicionantes”: a) Recursos Hídricos: i. Domínio Público Hídrico; ii. Leitos e margens dos cursos de água, Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada; iii. Albufeiras de águas públicas – Cova do Viriato (classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro) e Covão Ferro, sujeitas ao regime de proteção estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio; iii.i) Zona Reservada da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira iii.ii) Zona Terrestre de Proteção da Albufeira. e) Recursos ecológicos: i. Reserva Ecológica Nacional (REN);  <i>Quanto à alínea i, deve ser substituída “Domínio Público Hídrico” por “Domínio Hídrico”.</i>	Na subalínea i) da alínea a), substituir “Domínio Público Hídrico” por “Domínio Hídrico”.	Recomendação acolhida
REG.16	3	<i>Relativamente à alínea ii, deve ser alterada a redação, separando os “Leitos e margens dos cursos de água” e a “Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada” em alíneas independentes, na medida em que se trata de assuntos distintos.</i>	Separar, na subalínea ii) da alínea a), os “Leitos e margens dos cursos de água” e a “Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada” em alíneas independentes.	Recomendação acolhida
REG.17	3	<i>Deve, ainda, ser substituída a referência a “Leitos e margens dos cursos de água” por “Cursos de água não navegáveis nem flutuáveis, com os respetivos leitos e margens”.</i>	Substituir os “Leitos e margens dos cursos de água” por “Cursos de água não navegáveis nem flutuáveis, com os respetivos leitos e margens”.	Recomendação acolhida
REG.18	3	<i>Na alínea iii, no que respeita às Albufeiras de águas públicas devem ser referidas todas as zonas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, ou pelos planos de ordenamento de albufeiras em vigor, constatando-se que a redação proposta se encontra incompleta.</i>	Reformular a redação da subalínea iii), de modo a integrar todas as zonas identificadas no capítulo IV (Zonamento) do DL n.º 107/2009, de 15 de maio, bem como as zonas identificadas no artigo 11.º (Zonamento) da RCM n.º 42/2004, de 31 de março, que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato.	Recomendação acolhida
REG.19	3	<i>Constata-se ainda que a alínea “h) Infraestruturas” não inclui qualquer referência às redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (as quais são referidas no artigo 147º entre outros), devendo esta questão ser esclarecida. Encontra-se ainda em falta a sua representação na Planta de Condicionantes.</i>	Não obstante as redes de abastecimento de águas e de drenagem de águas residuais serem identificadas no artigo 147.º do Regulamento, refere-se, de forma expressa, no n.º 2 deste artigo, que apenas algumas das componentes do sistema de infraestruturas se encontram abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o que não se verifica para a totalidade das redes.  Assim, no artigo 6.º do Regulamento apenas são identificadas as SRUP efetivamente constituídas nos termos da legislação aplicável, pelo que será incluída a referência à servidão associada ao coletor gravítico e à conduta elevatória do sistema interceptor da Grande Covilhã. A servidão em causa será, igualmente, representada na Planta de Condicionantes.	Recomendação acolhida
REG.20	3	<i>O nº 2 deste artigo estabelece que “2 – A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior não é prejudicada pela eventual ocorrência de omissões na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, sobre os elementos gráficos e escritos do Plano”. Sugere-se a revisão da redação, no sentido de tornar mais simples e claro seu o entendimento.</i>	Alterar o n.º 2 do artigo 6.º, adotando a seguinte redação:  “2 – A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior não é prejudicada pela eventual ocorrência de omissões na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, as disposições suprarreferidas sobre os elementos gráficos e escritos do Plano.”	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.21	3	<p><b>Artigo 8.º Recursos Hídricos</b></p> <p>1. A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.</p> <p>2. Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.</p> <p>3. A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.</p> <p>Relativamente às propostas dos números 1 e 2, sugere-se que seja adotada a seguinte redação: “As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica”.</p>	<p>Alterar a redação do artigo, juntando os pontos 1 e 2 num ponto único, reforçando que a servidão dos recursos hídricos se aplica a todas as linhas de água, representadas na cartografia do Plano, existentes ou representadas em cartografia militar.</p> <p>Proposta de redação: 1. A delimitação do domínio hídrico representada na Carta de Condicionantes é indicativa, pelo que, para efeitos do disposto na Lei que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, qualquer operação urbanística a ocorrer no território concelhio deverá verificar a existência de linhas de água no local.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
REG.22	4	<p>Quanto ao número 3, importa salientar que existem no concelho da Covilhã duas Albufeiras de Águas Públicas (AAP): Cova do Viriato e Covão do Ferro, ambas classificadas como protegidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, pelo que a redação apresentada deve ser revista. Saliente-se, contudo, que no caso da Albufeira da Cova do Viriato se encontra em vigor o POACV já referido, aplicando-se, portanto, as condicionantes estabelecidas por esse plano especial. No caso da albufeira do Covão do Ferro, na inexistência de POA, aplica-se diretamente o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.</p>	<p>Reformular a abordagem no Regulamento, de modo a acautelar os diferentes regimes de proteção instituídos para as duas albufeiras de águas públicas, uma vez que apenas existe Plano de Ordenamento para a Albufeira da Cova do Viriato.</p> <p>Considerar as diferentes faixas de proteção preconizadas no Decreto-Lei n.º 107/2009 e no POACV.</p>	Recomendação acolhida
REG.23	4	<p><b>Artigo 15.º Condições gerais de edificação (Secção III – Disposições comuns ao solo rústico e ao solo urbano)</b></p> <p>Atendendo ao exposto nas alíneas b) e c) considera-se que a redação proposta aborda aspetos essenciais quanto aos requisitos, ao nível das infraestruturas de saneamento básico, para a viabilização de qualquer operação urbanística. Não obstante, sugere-se a seguinte alteração (texto sublinhado) para alínea c):</p> <p>c) “Quando o terreno se situe em solo rústico, seja servido por via pública e quando não existam, no todo ou em parte, redes públicas de infraestruturas ou outros sistemas públicos que assegurem função equivalente”, e tal inexistência não for impeditiva da viabilização da atividade, ocupação ou edificação em causa, “são exigidas, para as infraestruturas em falta, soluções técnicas individuais comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis, ficando a sua construção e manutenção a cargo dos interessados”, a menos que estes suportem o custo da extensão das redes públicas, se ela for autorizada, nos termos previstos no RJUE.</p>	<p>Alterar a redação da alínea c) do artigo 15.º, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p>	Recomendação acolhida
REG.24	4	<p><b>Artigo 1.º Requisitos de eficiência ambiental para instalação de campos de golfe</b></p> <p>Estabelece os requisitos para a instalação de campos de golfe.</p> <p>Nesta matéria importa salientar que, na medida em que as águas subterrâneas constituem reservas estratégicas, o recurso a captações de águas subterrâneas como origem de água para rega de campos de golfe não constitui uma opção. Assim, no contexto atual e futuro, devem ser equacionadas e avaliadas origens alternativas, como seja, tal como identificado no Regulamento, a reutilização de águas residuais tratadas e/ou também, de águas pluviais. Sugere-se assim, a alteração da redação da alínea “c) Garantia de disponibilidade de água, recorrendo, sempre que possível, à reutilização de águas residuais tratadas” para “c) Garantir a disponibilidade de água residual tratada e água pluvial para a rega necessária”.</p>	<p>Alterar a redação da alínea c) do <b>artigo 24.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 1.º), em conformidade com o sugerido pela entidade.</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.25	4	<p><b>Artigo 25.º Áreas de serviço para autocaravanas</b></p> <p>Atendendo aos requisitos apresentados, com os quais se concorda, recomenda-se a seguinte alteração na redação nas alíneas:</p> <p>b) Para clarificar, sugere-se substituir “Integrem” por “Sejam integradas”;</p> <p>d) “Apresentem soluções de piso permeável ou semipermeável, com exceção da área estritamente necessária para assegurar o funcionamento das estações de serviço” para “Apresentem soluções de piso permeável ou semipermeável, devendo a utilização de piso impermeável ser reduzida ao estritamente necessário para assegurar o funcionamento dessas áreas de serviço”.</p>	Alterar a redação das alíneas b) e d) do artigo 25.º, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.26	4-5	<p><b>Artigo 26.º Ambiente urbano (Subsecção III – Adaptação e mitigação das alterações climáticas)</b></p> <p>Estabelece que “(...) as intervenções no espaço público e as operações urbanísticas, públicas ou privadas, devem, sempre que possível, observar os seguintes objetivos (...)”, recomendando-se a substituição, na redação proposta, da alínea “e) Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis” por “e) Minimização das áreas impermeabilizadas recorrendo a materiais permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores, nomeadamente nos pavimentos”.</p> <p>Sugere-se, ainda, que se adicionem novas alíneas que visem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a recolha e armazenagem das águas pluviais e a sua reutilização nomeadamente para rega de áreas ajardinadas e lavagem de ruas;</li> <li>• Assegurar soluções que promovam a infiltração de água no solo;</li> <li>• Prever soluções de laminagem de caudais que assegurem que minimizem o impacte associado à impermeabilização do solo.</li> </ul>	<p>Alterar a redação da alínea e) do artigo 26.º, em conformidade com o sugerido pela entidade.</p> <p>Integrar a redação das alíneas sugeridas pela entidade, na medida em que concorrem para a melhoria do ambiente urbano.</p>	Recomendação acolhida
REG.27	5	<p><b>Artigo 2.º Adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos</b></p> <p>Concorda-se com a proposta apresentada, sugerindo-se, todavia, as seguintes alterações (texto sublinhado):</p> <p>b) “As bacias de retenção, detenção ou infiltração devem adotar soluções técnicas que promovam, <u>também</u>, o armazenamento das águas pluviais para reutilização, nomeadamente para rega, lavagens de pavimentos, alimentação de lagos e tanques e outros usos não potáveis;”</p> <p>c) “Libertação das áreas envolventes das linhas de água, leitos de cheia e zonas inundáveis <u>ou ameaçadas pelas cheias</u>, de modo a salvaguardar as condições de segurança de pessoas e bens”, para articulação com o artigo 176.º;</p> <p>d) “Fomentar o aumento de áreas permeáveis em solo urbano e <u>condicionar ou interditar</u> a impermeabilização em locais que condicionem o funcionamento do sistema hídrico”.</p>	Alterar a redação das alíneas b), c) e d) do <b>artigo 27.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 2.º), em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.28	5	<p><b>Artigo 28.º Eficiência ambiental dos recursos</b></p> <p>Sugere-se a alteração da designação do artigo para “Eficiência na utilização dos recursos”, bem como da redação da primeira frase para substituindo “No que respeita ao aumento da eficiência <u>na utilização</u> dos recursos, as intervenções no espaço público (...)”.</p> <p>Concorda-se com a alínea “i) Promover a eficiência hídrica, quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da reabilitação do edificado preexistente”, recomendando-se substituir “preexistente” por “<u>existente</u>”.</p>	Alterar a epígrafe do artigo e a redação do corpo do artigo 28.º, em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.29	5	<p><b>Artigo 3.º Instalações agropecuárias e outras atividades insalubres ou perigosas (Capítulo II – Solo Rústico / Secção I – Disposições Gerais)</b></p> <p>É proposto que estas instalações e atividades sejam permitidas desde que se cumpram um conjunto de requisitos. Considera-se que devem ser acrescentados os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A sua localização é admitida desde que implantadas a mais de 50 m de captações de água para consumo humano.</li> </ul> <p>O Regulamento deve ainda assegurar o necessário cumprimento das condicionantes/restrições que decorrem dos perímetros de proteção a captações subterrâneas de abastecimento de água e das zonas inundáveis.</p>	<p>Integrar uma nova alínea no <b>artigo 35.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 3.º), assumindo a redação sugerida pela entidade.</p> <p>As condicionantes/restrições associadas à existência de captações (subterrâneas e superficiais) de águas são já salvaguardadas no artigo 148.º (Áreas de proteção funcional) do Regulamento, sendo igualmente estabelecidas as normativas necessárias ao cumprimento dos condicionalismos e restrições associadas às Zonas Inundáveis (Vd. art.º 176.º - Zonas inundáveis).</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.30	6	<p><b>Artigo 4.º Linhas de água</b></p> <p><i>Este artigo estabelece algumas condições a aplicar “nas ações de manutenção e outras intervenções a executar nos leitos e margens das linhas de água, sem prejuízo da legislação aplicável”. Relativamente à redação apresentada, recomenda-se a seguinte alteração:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em “deve promover-se a conservação e o restauro das galerias ripícolas” substituir por “<u>deve promover-se a renaturalização e valorização das linhas de água e galerias ripícolas associadas</u>”;</li> </ul>	Alterar a redação do corpo do <b>artigo 36.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 4.º), em conformidade com o sugerido pela entidade.	Recomendação acolhida
REG.31	6	<p><b>Artigo 70.º Usos e atividades (Secção VI – Espaços de atividades industriais [em solo rústico])</b></p> <p><i>Relativamente ao ponto “4 - Os efluentes produzidos, provenientes das atividades industriais, devem ser alvo de tratamento prévio antes da sua descarga na rede pública ou meio recetor, por meio de soluções adequadas e em conformidade com a legislação em vigor” considera-se que deve ser, também, previsto o encaminhamento a dar aos efluentes domésticos nestas situações.</i></p>	<p>Alterar o n.º 4 do artigo 70.º, de modo a considerar o encaminhamento a dar aos efluentes domésticos, adotando a seguinte redação:</p> <p><i>“4 - Os efluentes produzidos, provenientes das atividades industriais e domésticos, devem ser alvo de tratamento prévio antes da sua descarga na rede pública ou meio recetor, por meio de soluções adequadas e em conformidade com a legislação em vigor.”</i></p>	Recomendação acolhida
REG.32	6	<p><b>Artigo 5.º Usos e atividades (Secção VII – Espaços naturais e paisagísticos)</b></p> <p><i>Verifica-se que a alínea g) do n.º 2 se encontra em branco, devendo ser revista a numeração.</i></p>	Suprimir a alínea g) do n.º 2 do <b>artigo 73.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 5.º), uma vez que a mesma constitui um lapso de escrita. Adequar a numeração das restantes alíneas.	Recomendação acolhida
REG.33	6	<p><b>Artigo 6.º Regime (Capítulo IV – Sistemas Territoriais / Secção I – Estrutura Ecológica Municipal)</b></p> <p><i>No ponto “3 – Nas áreas e corredores da estrutura ecológica fundamental e da estrutura ecológica complementar privilegiam-se as seguintes ações:” recomenda-se a alteração da redação da alínea “e) Reabilitação dos cursos de água degradados e recuperação e promoção do desenvolvimento das respetivas galerias ripícolas, atendendo inclusive à necessidade de erradicação das espécies invasoras”, para “e) Renaturalização e valorização dos cursos de água e galerias ripícolas associadas, atendendo inclusive à necessidade de erradicação das espécies invasoras”.</i></p>	Alterar a redação da alínea e) do n.º 3 do <b>artigo 136.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 6.º), de acordo com a sugestão da entidade.	Recomendação acolhida
REG.34	6	<p><i>Nos pontos 5 e 7 é referido que a EEM integra a REN do seguinte modo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• na Estrutura Ecológica Fundamental – f) Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre;</li> <li>• na Estrutura Ecológica Complementar – g) Áreas de prevenção de riscos naturais e i) Albufeiras e lagoas.</li> </ul> <p><i>Esta redação resulta algo imprecisa, na medida em que as Albufeiras e lagoas integram as Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre que é referida na Estrutura Ecológica Fundamental. Quanto a esta análise ver, neste parecer, o exposto sobre a análise do Relatório da proposta (1.4) sobre a proposta de EEM.</i></p>	<p>Alterar a redação da alínea i) do n.º 7 do <b>artigo 135.º</b> (indicado pela entidade, por lapso, como artigo 6.º), clarificando que as albufeiras e lagoas que não integram a REN e estão integradas na Estrutura Ecológica Complementar, adotando-se, para o efeito, a seguinte redação:</p> <p><i>“i) Albufeiras e lagoas não integradas na REN.”</i></p>	Recomendação acolhida
REG.35	6	<p><b>Artigo 7.º Áreas de proteção funcional (Secção III – Sistemas de infraestruturas)</b></p> <p><i>Sugere-se a inclusão, eventualmente no n.º.4, de uma remissão para o Art.º 163 respeitante à captação superficial na Albufeira da Cova do Viriato.</i></p>	<p>Alterar o n.º 4 do artigo 148.º, de modo a assegurar a remissão para o artigo 163.º, adotando a seguinte redação:</p> <p><i>“4- Sem prejuízo do disposto no número 6 do artigo 163.º, no caso de captações de água superficial, são interditas as seguintes atividades na envolvente da estrutura de captação:”</i></p>	Recomendação acolhida
REG.36	6	<p><b>Artigos 161 a 167º Secção II –Áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato (Capítulo V – Áreas de salvaguarda)</b></p> <p><i>A análise neste âmbito, relativo à transposição, para o PDM, das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato identificadas para esse efeito, encontra-se exposta no parecer emitido anteriormente (S039143-202406-ARHTO.DPI), no Anexo 2 - Análise da proposta de PDM, em 2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV), tendo-se concluído que:</i></p> <p><i>“(…) foram detetadas diversas desconformidades com o POA em vigor, no que respeita à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes. Importa salientar que a Planta de Ordenamento, para a qual é transposto o modelo territorial / zonamento do POACV, deve respeitar a delimitação publicada e disponível no SNIG, devendo, assim, ser revistos os limites e a configuração dos elementos acima identificados”.</i></p>	<p>Na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes compatibilizar os limites das diversas componentes elencadas pela entidade e que estão associadas ao Plano de Água e à Zona de Proteção, como tal definidos na Planta de Síntese do POACV.</p> <p>Na Planta de Ordenamento, compatibilizar a representação do modelo de ordenamento do POACV com a delimitação disponível no SNIG.</p> <p>Garantir-se-á, desta forma, que todas as componentes do modelo territorial do POACV para as quais são definidas normas específicas no Regulamento se encontram efetivamente representadas na Planta de Ordenamento.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.37	7	<p><b>Artigo 176.º Zonas Inundáveis (Secção VI – Risco de inundação)</b></p> <p><i>A designação deste artigo deverá ser substituída por “Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias”.</i></p> <p><i>Relativamente aos pontos nº 1 nº 2, considera-se que a redação apresentada contém imprecisões nos conceitos apresentados, pelo que devem ser eliminados. Não obstante, entende-se de manter a parte inicial do nº 1 “As zonas inundáveis estão delimitadas na Planta de Ordenamento”.</i></p>	<p>Alterar a epígrafe do artigo, de acordo com a sugestão da entidade.</p> <p>Alterar o número 1 do artigo 176.º, adotando a seguinte redação:</p> <p><i>“1 - As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias estão delimitadas na Planta de Ordenamento”.</i></p> <p>Suprimir o número 2 e reformular a numeração das disposições subsequentes, adequando a respetiva redação, considerando para o efeito a alteração da epígrafe do artigo.</p>	Recomendação acolhida
REG.38	7	<p><i>Importa referir que não foi encontrado na proposta de Regulamento qualquer referência ao risco de rutura de barragens.</i></p>	<p>Sem prejuízo da identificação desta tipologia de risco no PMEPC da Covilhã (apenas no que respeita à identificação dos mecanismos de notificação para efeitos de pedido de socorro), uma vez que as barragens existentes no Concelho não têm ainda elaborados os correspondentes programas de segurança, considera-se extemporâneo o acolhimento desta matéria nos instrumentos de gestão territorial, o que apenas poderá ser assegurado em resultado da comunicação da aprovação dos referidos programas de segurança, que se encontram em elaboração.</p>	Recomendação não acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.03	7-8	<p><i>No que respeita às Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, recomenda-se que as mesmas sejam revistas em função do mencionado e das alterações decorrentes do presente parecer e do parecer anterior.</i></p> <p><i>Reitera-se a necessidade de efetuar as alterações nestas plantas de modo a ultrapassar as desconformidades com o POA da Cova do Viriato, em vigor, devendo ser considerado o exposto no ofício S039143-202406-ARHTO.DPI - Anexo 2 - Análise da proposta de PDM, em 2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV).</i></p> <p><i>Alerta-se, ainda, para as alterações que resultem da aferição da proposta com a delimitação da REN após aprovação.</i></p>	<p>Rever os conteúdos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, de acordo com as alterações a realizar.</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
CON.06	8	<p><i>A Planta de Condicionantes deve incluir a representação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento (Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas), bem como todas as condicionantes do POACV (Recursos Hídricos e Geológicos), para além do Domínio Hídrico</i></p>	<p>Integrar na Planta de Condicionantes as condicionantes associadas ao Domínio Hídrico, as condicionantes que decorrem do POACV, assim como as infraestruturas de abastecimento de água e saneamento com servidão legalmente constituída.</p>	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REL.01	8-9	<p><b>1.4.1. Estrutura Ecológica Municipal</b></p> <p>No âmbito da salvaguarda e proteção os recursos hídricos, o Relatório refere que a EEM integra:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) – constituída por “áreas nucleares e corredores ecológicos principais, integrando”, entre outros, “Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre”, bem como “os Corredores ecológicos principais, onde se inclui o Domínio Público Hídrico (DPH) e o Corredor ecológico delimitado no âmbito do PROF-CI”;</li><li>• Estrutura Ecológica Complementar (EEC) - constituída por “áreas complementares e corredores ecológicos secundários, integrando”, entre outros “Albufeiras e lagoas (...) e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas de prevenção de riscos naturais. A nível de corredores ecológicos secundários, integra os restantes cursos de água do concelho”.</li></ul> <p>Relativamente à EEF, quanto à REN, é especificado que no concelho da Covilhã, são aqui integradas as tipologias das “Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico Terrestre:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Cursos de Água e respetivos Leitos e Margens</li><li>• Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção</li><li>• Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos”</li></ul> <p>São ainda integrados, nos corredores ecológicos principais que “promovem a continuidade da EEF”, “têm principal relevo os recursos hídricos, sendo elementos privilegiados de continuidade ecológica”. Foi, assim, considerado o “corredor ecológico definido no âmbito do PROF-CI, que compreende o Rio Zêzere, que atravessa o concelho no sentido nordeste - sudoeste, bem como a ligação entre a Ribeira de Cortes / Ribeira do Paul e o Rio de Beijames”.</p> <p>Integram a EEF ainda “as principais linhas de água do Domínio Público Hídrico (...) nomeadamente os cursos de água (leitos e margens): Rio Zêzere; Rio de Beijames, Ribeira de Cortes / Ribeira do Paul, Ribeira de Unhais da Serra, Ribeira de Casegas / Ribeira dos Lobos, Ribeira de Corges / Ribeira da Atalaia, Ribeira de Porsim, e Ribeira de Caria.”</p> <p>No que respeita à EEC, “constituída por áreas complementares e corredores ecológicos secundários”, são integradas, conforme acima referido, entre outros, “Albufeiras e lagoas; (...) e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas de prevenção de riscos naturais. A nível de corredores ecológicos secundários, integra os restantes cursos de água do concelho.”</p> <p>Aqui é especificado que “existem duas albufeiras importantes associadas a barragens, na Serra da Estrela, encontrando-se integradas em Reserva Ecológica Nacional”: Albufeira do Covão Ferro e Barragem da Cova do Viriato.</p> <p>Ora, se estas albufeira se encontram integradas na REN e na medida em que integram uma tipologia das “Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre”, considera-se que deve ser explícito na proposta se esta tipologia das “Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre” constitui uma exceção quanto à EEF (ou não, podendo tratar-se de um lapso).</p> <p>Em qualquer dos casos deve ser revista a redação da proposta da EEC, tornando claro que se as “Albufeiras e lagoas” referidas integram a respetiva tipologia da REN (para além das tipologias das “Áreas de prevenção de riscos naturais”) ou se incluem outras albufeiras existentes que não integrem a REN.</p>	<p>Clarificar que todas as albufeiras e lagoas integrantes da REN estão integradas na Estrutura Ecológica Fundamental, incluindo a Albufeira do Covão Ferro e Barragem da Cova do Viriato. As restantes, não integradas na REN, fazem parte da Estrutura Ecológica Complementar.</p> <p>Reformular a redação do ponto D da abordagem à Estrutura Ecológica Complementar, de modo a evidenciar que a barragem do Covão Ferro e a Barragem da Cova do Viriato, enquanto áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre, estão integradas na REN e, consequentemente, na Estrutura Ecológica Fundamental.</p>	Recomendação acolhida
REL.02	9	<p>O Relatório refere ainda que existe “um elevado número de lagoas dispersas pelo território, em particular nas zonas de baixas altitudes a leste, que marca o vale do Rio Zêzere. Devido a sua importância ecológica, ambiental e no âmbito da adaptação as alterações climáticas, foram identificadas as lagoas de maiores dimensões tendo em consideração a cartografia temática e a COS2018”. <b>Sugere-se que, de igual modo, seja aqui explícito que se trata de Lagoas não integradas na REN, tendo em conta que existe uma tipologia com essa designação. Importa ainda referir que algumas destas albufeiras ou lagoas poderão integrar a tipologia dos Cursos de água, respetivos leitos e margens, devendo ser também feita esta análise.</b></p>	<p>Clarificar que as albufeiras e lagoas que não fazem parte da REN (em qualquer das tipologias) estão integradas na Estrutura Ecológica Complementar.</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REL.03	9	<i>De referir que na análise efetuada foi detetada uma gralha na formatação da numeração das alíneas (pág. 325).</i>	Corrigir a gralha identificada pela entidade.	<b>Recomendação acolhida</b>
REL.04	9	<i>Reforça-se a necessidade de revisão da proposta da delimitação da EEM após a aprovação da proposta de delimitação final da REN.</i>	Rever a proposta de delimitação da EEM, de acordo com a proposta de delimitação final da REN.	<b>Recomendação acolhida</b>

Ponderação do parecer da APA/ARHTO  
(matéria de AAE)

QUADRO 4

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE / ADMINISTRAÇÃO REGIONAL HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA-ARHTO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva, para suporte à Reunião Setorial – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RELATÓRIO AMBIENTAL PROVISÓRIO				
AAE.01	9	Relativamente à figura 1, diagrama global dos procedimentos de AAE da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, a mesma deve ser retificada, uma vez que a Fase E, que está denominada “Execução e Monitorização do Plano” deve ser alterada para monitorização da AAE do plano.	-	Recomendação acolhida
AAE.02	9	No subcapítulo 3.2.4 deve ser acrescentado que a Declaração Ambiental não é só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 ao Decreto-Lei n.º 232/2007.	-	Recomendação acolhida
AAE.03	9	Regista-se ainda que o Quadro de Referência Estratégico (QRE) se encontra atualizado nas matérias da competência da APA. Sugere-se que no Quadro 1 os instrumentos do QRE sejam apresentados numa tabela onde conste igualmente a referência aos diplomas legais que publicam ou aprovam os instrumentos listados, de forma a garantir que se está a utilizar a versão mais atualizada de cada um.	-	Recomendação acolhida
AAE.04	9	O Quadro 5, onde são apresentados os critérios de sustentabilidade por FCD não se encontra em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, que refere que os critérios de avaliação devem ser limitados a dois por FCD. O mesmo se aplica aos indicadores apresentados por critério, que deviam ser limitados a dois ou três por critério, de modo que seja possível manter o foco estratégico da avaliação ambiental. O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não exaustivo, focando-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere um esforço de síntese nos critérios e indicadores selecionados na próxima versão do RA a apresentar.	Será efetuado um esforço de síntese na próxima versão do RA.  No entanto, tendo em conta o âmbito tão abrangente de uma revisão do PDM, adivinha-se, desde já, bastante difícil apresentar um quadro de avaliação com tão reduzido número de critérios e de indicadores, mais ainda, quando os pareceres das ERAE apontam, como sugestão, a inclusão de novos critérios/indicadores (todos eles pertinentes dentro dos diferentes domínios), mas não identificam especificamente critérios/indicadores que considerem dispensáveis.	Recomendação parcialmente acolhida
AAE.05	9-10	Relativamente às recomendações, apresentadas no capítulo 8, julga-se que deve ser explícito, na próxima versão do RA, a forma como estas recomendações foram integradas na proposta de plano. Por outro lado, uma vez que é apresentado um conjunto extenso de recomendações, sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas / calendarizadas (pelo menos em curto, médio e longo prazo), de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento /monitorização da AAE.	Sugestão da Entidade será acolhida em capítulo autónomo na próxima versão do RA.  Em face do desenvolvimento do processo, na próxima versão do RA serão apresentadas, em capítulos separados: - Medidas de Planeamento e Gestão: recomendações suscitadas pela análise efetuada à proposta final, com o objetivo de contribuir para o assegurar o bom desempenho ambiental da revisão estratégica do plano, considerando, também, as principais tendências territoriais e os riscos e oportunidades que se colocam ao desenvolvimento no médio/longo prazo. A explicitação da forma como as medidas/recomendações de planeamento (com incidência no próprio Plano) foram integradas na proposta de Plano só poderá constar da versão final do RA (após o parecer final e a discussão pública do Plano). - Medidas de Controlo: conjunto de indicadores através dos quais será possível acompanhar a execução da Revisão do PDM e aferir os respetivos efeitos ambientais, na perspetiva de cada um dos FCD identificados	Recomendação acolhida
AAE.06	10	Verifica-se que o RA não apresenta um plano de monitorização com indicadores de seguimento, aspeto fundamental para acompanhar a AAE e que deve ainda ser apresentado na próxima versão do RA. O programa de seguimento deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. A experiência mostra que Planos/Programas que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE. Relembra-se que os indicadores usados na avaliação e análise tendencial não têm de ser obrigatoriamente os mesmos do plano de monitorização e que a monitorização do Plano e da AAE do mesmo são dois processos distintos com objetivos diferentes.  Importa garantir que os indicadores selecionados são os que melhor permitem controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (cf. artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).	Ver ponderação ao ponto anterior.	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.07	10	Na tabela onde são apresentados os indicadores de seguimento, deve ser incluída a periodicidade dos mesmos (preferencialmente anual) e os valores de referência, correspondentes à situação atual do município, ou seja, à informação ou dados mais recentes disponíveis, bem como às metas a atingir, que devem ser quantitativas, sempre que possível. Estas metas, cruciais para a avaliação dos impactes decorrentes da implementação desta revisão do PDM, devem estar alinhadas com as estabelecidas nos documentos hierarquicamente superiores e referenciadas no QRE.	Ver ponderação ao ponto AAE.05.	Recomendação acolhida
AAE.08	10-11	No que respeita ao Quadro de Referência Estratégico (Capítulo 5) considera-se que foram integrados documentos relevantes para a temática dos recursos hídricos, com os quais se concorda, recomendando-se, no entanto, que sejam ainda abrangidos os seguintes documentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O “Plano de Gestão dos Riscos de Inundações” (PGRI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril, que tem como principal objetivo a redução das consequências prejudiciais associadas a esse fenómeno. Pode ser consultada informação sobre o mesmo em <a href="#">2.º Ciclo de Planeamento (2022-2027)   Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt)</a>.</li> <li>• O “Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água” (PNUEA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho e que tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal.</li> <li>• O “Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato” (POACV), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004 de 31 de março.</li> </ul>	-	Recomendação acolhida
AAE.09	11	No Capítulo 6.1 “Questões Estratégicas e Questões Ambientais e de Sustentabilidade” considera-se de rever o Quadro 2 nomeadamente quanto à correspondência da QE1 – “Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade” com os documentos que fazem parte do QRE. Considerando a componente dos recursos hídricos, salienta-se a forte relação que se estabelece com a ENAAC, ENCNE, PSRN2000, PNA, PGRH, entre outros, e que deverá ser identificada.	-	Recomendação acolhida
AAE.10	11	No Capítulo 6.2, e no que se refere aos fatores críticos para a decisão identificados, destacam-se, pela sua relevância para a temática dos recursos hídricos, os seguintes fatores: <ul style="list-style-type: none"> <li>• FCD 1 – Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico</li> <li>• FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos</li> </ul> Para o FCD1, e na descrição dos objetivos associados, a referência aos “recursos hidrológicos”, deverá ser substituída por “recursos hídricos”. Nesse sentido recomenda-se a retificação dessa referência em outros capítulos e quadros do relatório.	-	Recomendação acolhida
AAE.11	11	Para o FCD2, recomenda-se que a referência a “(...) drenagem e tratamento de águas residuais (...)” seja substituída por “(...) infraestruturas de saneamento básico” de forma a incluir não só o saneamento das águas residuais, mas também das águas pluviais e ainda o abastecimento de água (conforme identificado no Capítulo 6.3).	-	Recomendação acolhida
AAE.12	11	Quanto ao Capítulo 6.3 “Critérios e indicadores de avaliação” e Quadro 5. “Critérios de sustentabilidade por FCD”, recomenda-se as seguintes retificações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• FCD2 - Critério “Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico” - recomenda-se a substituição dessa designação por “Infraestruturas de saneamento básico”, conforme já mencionado. Deverá ser ainda referida a rede pluvial.</li> </ul>	-	Recomendação acolhida
AAE.13	11	<ul style="list-style-type: none"> <li>• FCD2 - Critério “Riscos Naturais” – porque nem todos os riscos naturais correspondem a eventos extremos considera-se de retirar essa referência, sugerindo-se a seguinte alteração na descrição desse critério: “Avaliação do contributo do plano para a diminuição da vulnerabilidade do território e para a redução da exposição antrópica aos riscos”.</li> </ul> Propõe-se ainda a alteração da designação para “Riscos Naturais e Mistos”, dada a tipologia de riscos identificada.	A designação será alterada para Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.14	11	• FCD2 - Critério “Acidentes Industriais” – Atendendo à terminologia adotada nos objetivos deste FCD e dada a natureza dos riscos identificados (no Quadro 6), considera-se de alterar essa designação para “Riscos Tecnológicos”.	Critério será eliminado e fundido num critério designado “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”	Recomendação acolhida
AAE.15	11	Para o Quadro 6. “Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:  • FCD1 e FCD2 deverão ser revistos os objetivos enunciados, de forma a integrar as recomendações acima mencionadas.	-	Recomendação acolhida
AAE.16	12	• FCD1 - Critério “Solo” – deverá ser ponderada a necessidade de se incluírem indicadores que refletem a artificialização/impermeabilização do solo.	Destacam-se os indicadores “Proporção de solo artificializado (%)” e “Artificialização bruta do solo (ha)”, que já constam do RA Provisório entregue, e que dão resposta a esta preocupação da Entidade.	Recomendação não acolhida
AAE.17	12	• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que: - A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico. - A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico. - A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo.  Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.	-	Recomendação acolhida
AAE.18	12	• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Solicita-se esclarecimentos quanto ao indicador “Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água”. Se o mesmo se refere às cargas rejeitadas para os sectores de atividade, é quantitativo (não qualitativo) devendo ser identificada a unidade de medida correspondente.  Recomenda-se ainda que se adicione um indicador relativo às pressões quantitativas nomeadamente quanto ao volume de água captado para os diversos sectores de atividade.	No que diz respeito ao indicador “Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água”, a recomendação será acolhida.  Será também integrado um novo indicador, tendo por base a informação dos PGRH relativa ao índice de escassez hídrica (avaliando-se, desta forma, indiretamente, entre outros, a influência do volume de água captado na massa de água).	Recomendação acolhida
AAE.19	12	• FCD1 - Critério “Valores naturais e paisagísticos” – considera-se de retirar o indicador “Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial” que deverá ser integrado noutro critério. Atendendo ao objetivo de recuperação e valorização das linhas de água e ecossistemas ripícolas mencionado no Plano considera-se de incluir o indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”.	Considera-se que o indicador “Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial” é de extrema importância para se avaliar áreas que constituem, muitas vezes, dissonâncias que prejudicam a qualidade visual da paisagem. Concorde-se, no entanto, com a sua integração noutro critério do quadro de avaliação.  Quanto ao indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”, o mesmo não será acolhido, tendo em conta a dificuldade de recolha de dados nesta matéria. Um indicador deste tipo seria profícuo se existisse, <i>a priori</i> , algum estudo que identificasse a extensão de linhas de água e galerias ripícolas que necessitem de recuperação/valorização.	Recomendação parcialmente acolhida
AAE.20	12	• FCD2 - Critério “Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico” – além da alteração da designação conforme já mencionado, considera-se de incluir os seguintes indicadores de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a promoção da eficiência hídrica: “Volume de água reciclada, utilizado” (m3) e “Rede separativa” (% face ao total de redes existentes).	Será ponderada a integração destes indicadores, ou de outros (dependendo dos dados disponíveis), que permitam avaliar de que forma o PDMC contribui para a promoção da eficiência hídrica	Recomendação parcialmente acolhida
AAE.21	12	• FCD2 - Critério “Riscos Naturais” – além da alteração da designação conforme já mencionado, propõe-se que seja adicionado o indicador “Habitantes, edifícios, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural e misto” (n.º por tipologia ou por classe de risco).  Recomenda-se ainda que seja adicionado o indicador “Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo” (hectares) de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a minimização, prevenção e adaptação do território face à probabilidade de ocorrência também deste risco.	Em face do objetivo de não tornar o quadro de avaliação demasiado extenso, a recomendação de integração do indicador “Habitantes, edifícios, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural e misto” (n.º por tipologia ou por classe de risco)” não será acolhida. Uma parte dessa avaliação é efetuada em instrumento próprio (PMEPC), concentrando-se na AAE uma seleção apenas dos indicadores mais relevantes para informar o processo de Revisão do PDM.  Será acolhida a recomendação de integração do indicador “Territórios artificializados em áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo” (hectares).	Recomendação parcialmente acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.22	13	<p>• FCD2 deverá identificar-se o Critério “Riscos Tecnológicos”, integrando indicadores que avaliem a esse risco. Sugere-se que se adicione o indicador “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia” (indicado no critério “Riscos Naturais”).</p> <p>Atendendo às diferentes tipologias de risco/fontes de poluição identificadas no Plano, considera-se ainda de adicionar o indicador “Projetos, medidas e ações para identificação, controlo e redução/eliminação das fontes de poluição” (nº e tipo de intervenção).</p>	<p>No sentido de não multiplicar o número de critérios, e tendo em conta o que é referido na ponderação ao ponto AAE.13, será alterada a designação para “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”. Como sugerido pela Entidade, integrar-se-á no quadro de avaliação o indicador “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia” (indicado no critério “Riscos Naturais”).</p> <p>A recomendação de integração do indicador “Projetos, medidas e ações para identificação, controlo e redução/eliminação das fontes de poluição” (nº e tipo de intervenção) não será acolhida. Por um lado, uma simples indicação do número e do tipo de projetos/medidas/ações, poderá dizer pouco sobre os resultados que estes podem efetivamente ter no território. Por outro lado, serão propostos, para a fase de seguimento, outros indicadores quantitativos, para os quais existem valores de referência, recolha periódica de dados e metas, que permitem medir, de forma mais adequada, o desempenho ambiental do concelho nesta matéria (ex.: indicadores como “Cobertura territorial da rede de drenagem das águas residuais urbanas (%)”, “Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)”, “Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)”, “Emissão de gases de efeito estufa (kt CO<sub>2</sub>eq)”).</p> <p>Note-se que as medidas de controlo/ indicadores de seguimento ainda não constavam do Relatório Ambiental Provisório entregue. Serão conteúdos a desenvolver na proposta de Relatório Ambiental que acompanhará a proposta de Plano para a 2.ª Reunião da Comissão Consultiva</p>	Recomendação parcialmente acolhida
AAE.23	13	<p>No Capítulo 7.1.2.5 “Riscos Naturais e Industriais” – Pelos motivos já apontados, recomenda-se substituir essa designação por “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”. No âmbito dos riscos tecnológicos deverão ser consideradas as diferentes tipologias de risco identificadas no Plano para o território concelho e não apenas o resultante do transporte de matérias perigosas.</p>	<p>Conforme referido na ponderação ao ponto AAE.13, será alterada a designação para “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”</p> <p>Quando à segunda questão colocada, procurou-se focar o âmbito de análise da AAE nos riscos e no tipo de indústrias existentes no concelho.</p> <p>Ainda assim, não deixa de ser referida, sobretudo nas recomendações, a necessidade do modelo de ordenamento territorial e o regulamento do Plano internalizarem a minimização de riscos tecnológicos associados à exposição de pessoas a poluição química e substâncias perigosas. Nas recomendações, refere-se também que “caso se venham, no futuro, a instalar, no concelho, estabelecimentos enquadrados no regime de Prevenção de Acidentes Graves (PAG), deverão ser tidas em consideração as zonas de perigosidade associadas a estes estabelecimentos (de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto), sendo que, quando as mesmas vierem a ser aprovadas, deverão integrar a Planta de Condicionantes do PDM e de outros Planos Municipais em vigor”.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
AAE.24	13	<p>Deverá adotar-se apenas uma designação para o FCD1: “Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico” ou “Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos”.</p>	-	Recomendação acolhida
AAE.25	13	<p>A lista das “Siglas e Acrónimos” deverá ser revista, de forma a garantir uma total correspondência com o Relatório Ambiental.</p>	-	Recomendação acolhida
AAE.26	13	<p><b>2. Fases seguintes do procedimento de AAE</b></p> <p>No que diz respeito às fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:</p> <p>• Está previsto legalmente que o RA seja acompanhado de um Resumo Não Técnico (RNT). O RNT deve ser um documento autónomo, sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem utilizada deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos.</p>	-	Recomendação acolhida
AAE.27	13	<p>• Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e também na elaboração do RNT.</p>	-	Recomendação acolhida
AAE.278	13	<p>• A ponderação dos contributos das entidades consultadas deve constar, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.</p>	-	Recomendação acolhida
AAE.29	13	<p>• Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública. Estes resultados deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.</p>	-	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AAE.30	13	• Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA, a disponibilizar no site da CM, deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.	-	Recomendação acolhida
AAE.31	13	• Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão do Plano em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE.	-	Recomendação acolhida
AAE.32	13-14	• Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.	A avaliação e controlo, a posteriori, dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano extravasa o âmbito deste procedimento.  Será, no entanto, de assumir que a Câmara Municipal da Covilhã assegurará a elaboração de um Relatório de Avaliação e Controlo, a atualizar, com uma periodicidade mínima anual, de forma a assegurar o cumprimento do disposto no n.º 2 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.	Recomendação acolhida
AAE.33	13	<b>3. Conclusão sobre a AAE</b> Nas fases seguintes da AAE, que se deseja que se desenvolvam de forma interativa com a proposta de Plano, devem ser tidos em consideração os aspetos focados no presente parecer, reforçando-se que:  • A AAE deve permitir garantir que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da proposta de revisão do PDM, contribuindo, assim, para a adoção de soluções eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente e potenciem os efeitos positivos, decorrentes da sua implementação.	-	Recomendação acolhida
AAE.34	13	• Deve ser clara a articulação da proposta de revisão do PDM com a AAE realizada. De acordo com o definido no RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de revisão do PDM e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do PDM deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano.	-	Recomendação acolhida
AAE.35	13	• Reforça-se a importância de, na proposta de Plano e na AAE, dever ser apresentada a ponderação da globalidade dos pareceres emitidos nesta fase e a indicação clara dos contributos integrados nas várias peças do Plano e a justificação dos contributos eventualmente não considerados.	-	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da APA/ARHTO  
(matéria de REN)

## PONDERAÇÃO DOS PARECERES APA-ARHTO

No âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN), do Concelho da Covilhã, VERSÃO 2 (proposta apresentada em sede da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva da Revisão do PDM e delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias)

Nos quadros seguintes, apresenta-se a ponderação dos pareceres/considerações da APA-ARHTO, designadamente:

- Ponderação ao parecer, ref.ª S041256-202407-ARHTO.DPI, **ARHTO.DPI.00048.2022** e **ARHTO.DPI.00103.2022**, relativa à proposta de delimitação da REN em sede da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva da Revisão do PDM (**QUADRO 1**, apresentado abaixo).
- Ponderação ao parecer, ref: S058523-202410-ARHTO\_DPI, **ARHTO.DPI.00048.2022**, relativa à proposta de delimitação da REN em sede da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva da Revisão do PDM (apreciação da delimitação da tipologia: Zonas Ameaçadas pelas Cheias) (**QUADRO 2**, coluna “NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA” e “RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2024)” apresentado abaixo)
- Ponderação às orientações emitidas, via email, à data de 13/11/2024, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (**QUADRO 2** coluna “RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)” apresentado abaixo).



QUADRO 1

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA/ARH-TO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 14.10.2024) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

Parecer da APA/ARH-TO (referência): S041256-202407-ARHTO.DPI, ARHTO.DPI.00048.2022 e ARHTO.DPI.00103.2022

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
ASPETOS GERAIS						
APA.GER.01	2	<p><b>1.1.Cartografia de Base</b> <i>Neste âmbito, e tal como acima referido, considerou-se pertinente incluir a transcrição das considerações apresentadas em sede da 1ª Reunião da Plenária da Comissão Consultiva, permitindo um melhor enquadramento da análise apresentada. A referida transcrição apresentasse no Anexo 1.</i></p> <p><b>Anexo 1 - Cartografia de base – tema hidrografia</b> (transcrição do ofício S039143-202406-ARHTO.DPI) <i>Neste âmbito importa recordar o parecer emitido por estes serviços em 20-10-2023, com referência S061266-202310-ARHTO.DPI:</i></p> <p><i>“De referir que na análise da proposta de delimitação da REN a apresentar em conjunto com o tema hidrografia da cartografia de base, será efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno. Na sequência dessa análise, em situações consideradas significativas no âmbito das competências e atribuições da APA-ARHTO poderá ser adotada uma planta temática sobre a rede hidrográfica.”</i></p> <p><i>Deste modo, foi efetuada a análise das shapefiles incluídas em 03_Rede_Hidrografica, integradas na pasta 0503_CART_BASE, de acordo com os pressupostos acima transcritos. Dessa análise considera-se de destacar o seguinte:</i> <i>Verifica-se que a representação cartográfica da rede hidrografia do concelho se encontra muito incompleta, tendo em conta as fontes de informação já identificadas e a Carta Militar 1/25.000 (informação de referência).</i> <i>São apresentados, em anexo, extratos da Carta Militar e dos Ortofotomapas 2018 com a sobreposição das shapefiles 03_Rede_Hidrografica, para exemplificação das situações detetadas que carecem de revisão, designadamente no que respeita a:</i> <i>a) Omissão de linhas de água existentes no território e representadas na cartografia de referência;</i></p>	<p>A DGT aferiu o cumprimento das <u>especificações técnicas (versão 1.0)</u> em vigor à data de início do procedimento (12/09/2019) e todos os parâmetros em análise obtiveram aprovação, o que resultou na homologação da cartografia, notificada em 28/06/2021, pelo ofício n.º S-DGT/2021/3973, de 28/06/2021, que concluiu o seguinte: “(...) conforme relatório de verificação enviado em 21 de junho de 2021 (...), tendo sido determinado para todos os parâmetros de avaliação valores consonantes com as especificações técnicas, a referida cartografia foi homologada, conforme despacho de 27 de junho de 2021.”</p> <p>De acordo com relatório da DGT: “Os parâmetros considerados para a avaliação desta cartografia têm como referência as especificações técnicas da DGT e visam aferir qualidade da produção cartográfica”, tendo concluído que “os dados digitais entregues estão em concordância com os procedimentos de homologação”, pelo que não foi identificada qualquer desconformidade na cartografia hidrográfica, ou nos outros temas cartográficos homologados.</p> <p>Acresce que a homologação da cartografia foi assegurada por empresa que consta da <u>listagem de entidades coletivas autorizadas para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial, disponibilizada pela DGT</u> (Alvará n.º 01/2022 CP válido até 03/02/2027), entende-se que os métodos e procedimentos seguidos tenham sido os mais adequados, conhecidos à data.</p> <p>Mesmo considerando a <u>versão das especificações técnicas mais recente (v.2.0.1), posterior ao procedimento de homologação</u>, verifica-se que as alterações não põem em causa os aspetos indicados pela APA/ARHTO, nomeadamente os seguintes:</p> <p>- Tanto no que respeita às definições como às regras de representação das águas lânticas (“Lagoa”, “Albufeira” ou “Charca” – conforme definição na v1.0), e ainda que a situação identificada pela APA/ARHTO não esteja diretamente relacionada com a representação da albufeira, mas com a classificação atribuída, verifica-se que, entre versões das especificações técnicas, apenas</p>	Recomendação parcialmente acolhida.	<p>Estas questões foram debatidas na reunião setorial realizada em 14-10-2024.</p> <p>No âmbito da proposta da REN devem ser devidamente aferidos/completados os traçados e a existência ou não dos cursos de água a integrar na proposta de delimitação da REN da Covilhã.</p> <p>Acresce sublinhar que, no contexto do acompanhamento do processo de revisão do PDM, a APA-ARHTO tem vindo a alertar para a importância da rede hidrográfica de base desde o início do processo designadamente em parecer emitido em 2016 (S009132-201602-ARHTO.DOLMT), reiterando-se a imprescindibilidade de correção da mesma para a identificação das condicionantes em matéria de recursos hídricos.</p>	Recomendação parcialmente acolhida  (serão ainda efetuadas algumas aferições e correções adicionais aos cursos de água a integrarem a proposta de delimitação da REN)

N. REF. <sup>a</sup>	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
		<p><i>b) Linhas de água representadas apenas parcialmente;</i></p> <p><i>c) Falta de conectividade hidráulica.</i></p> <p>...</p> <p><i>Na medida em que esta informação é fundamental para a definição do modelo de ordenamento do concelho, e crucial para a identificação das condicionantes do solo, bem como para a delimitação da REN, deve a mesma ser revista de modo a permitir a obtenção de uma planta da rede hidrográfica do concelho.</i></p> <p>...</p> <p><i>Neste contexto, considera-se não estarem reunidas as condições para a elaboração da proposta, em particular da Planta de Condicionantes e da delimitação da REN.</i></p>	<p>foram clarificados alguns aspetos, nomeadamente os seguintes:</p> <p>- A versão 1.0 considerava a cota plena de armazenamento conhecida, admitindo a representação “a partir da informação disponível” apenas nas situações em que se desconhecia essa cota;</p> <p>- A versão 2.0.1 esclarece que deve atender-se a “<u>indícios de presença de água no momento da representação</u>” - metodologia que se aplica a todas as situações, mesmo desconhecendo as cotas plenas de armazenamento;</p> <p>- No que se refere à representação dos cursos de água, também não se verificam diferenças significativas entre as duas versões das especificações técnicas, sendo <u>apenas reforçada a necessidade de representação dos vértices também na componente tridimensional</u>;</p> <p>Sem prejuízo, em relação à representação das linhas de água há que distinguir as que apresentam descontinuidade das que não são representadas na íntegra, pelo que:</p> <p>- Atendendo à regra específica (4.6) a que se referem as especificações técnicas, que define que “<i>Quando um curso de água atravessa uma massa de água totalmente rodeada por terra (...) então também é representado por um eixo</i>”, será corrigido este aspeto, garantindo a conectividade das linhas de água cartografadas;</p> <p>- Em relação às linhas de água que a APA/ARHTO considera que estão em falta, importa referir que:</p> <p>- <u>Os estereorrestituidores restituem o que se encontra no terreno à data do voo</u>, pelo que a cartografia 1/25000 apenas é utilizada como base para a classificação das linhas de água principais, por exemplo rios, ribeiras e ribeiros;</p> <p>- A disponibilização de cartografia militar compete ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), por força das competências atribuídas pelo Decreto Regulamentar nº 11/2015, de 31 de julho, sendo elaborada à escala 1/25000, enquanto o procedimento de Revisão do PDM, em curso, considera a escala 1/5000 – mesma escala da cartografia homologada;</p>			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
			<p>- Assim sendo, a elaboração da cartografia militar, a escala mais afastada do território, tem como referência a altimetria, o que resulta na representação de todas as linhas de escorrência, mesmo que não tenham leito constituído, ou, pelo menos, visível no território;</p> <p>- Por sua vez, também na Lei da Água, publicada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação atual, define «Leito» como <u>“o terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades”</u>;</p> <p>- Face ao exposto, entende-se a posição da APA/ARHTO é legítima do ponto de vista da gestão do domínio hídrico, no entanto não poderá, nesta fase, ser acolhida pela Câmara Municipal, pelo menos no procedimento de revisão do PDM. Sem prejuízo da necessidade de representação de linhas de água que não constam da cartografia homologada não foi identificada pela DGT, a realização dos trabalhos e procedimentos necessários para efetivar esse complemento implicaria o incumprimento dos prazos a que as Câmaras estão obrigadas para conclusão do procedimento de revisão do PDM.</p> <p>Acresce que, conforme demonstrado nos elementos submetidos à primeira reunião plenária do PDM e descrito na memória descritiva e justificativa da delimitação da REN, foram aplicadas as metodologias indicadas nas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR) previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), conforme disposto na Portaria 336/2019, de 26 de setembro (alterada pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro):</p> <p>- Concretamente no que se refere à representação da tipologia cursos de águas e respetivos leitos e margens (CALM), foram selecionadas as linhas de água identificadas na cartografia de base, que cumprem os seguintes critérios mínimos para serem integradas na REN, de acordo com as novas OENR, com referência a informação extraída do Sistema Nacional de Informação de Ambiente - SNIAmb (plataforma da APA):</p> <p>- Leitos normais dos cursos de água que drenam bacias hidrográficas com uma área mínima de 3,50 km²;</p>			

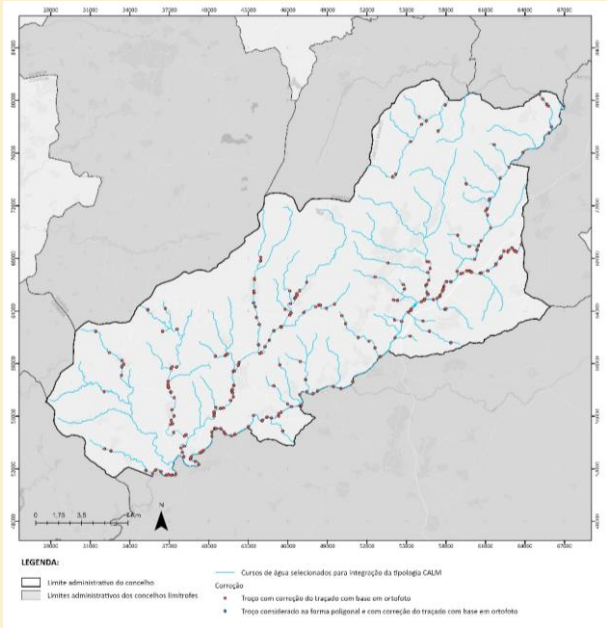
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
			<p>- Cursos de água de ordem igual ou superior a 3 na classificação de Strahler (tendo por base o cruzamento dos cursos de água identificados na cartografia de base do PDM (escala 1:5.000) com a “Rede Hidrográfica Geocodificada”;</p> <p>- Foram ainda considerados outros cursos de água que detenham relevante interesse ecológico a serem igualmente salvaguardados no âmbito da REN, nomeadamente os abrangidos pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e ainda os cursos de água com interesse piscícola, classificados através do Aviso n.º 12 677/2000 (2.ª série), 17 de julho;</p> <p>- Ainda que as OENR indiquem a inclusão dos cursos de água associados/potenciais contribuidores à formação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), este critério não foi aplicado porque esta tipologia não foi ainda delimitada, devido aos constrangimentos verificados no âmbito do Estudo Hidrológico e Hidrográfico e que são do conhecimento da APA/ARHTO;</p> <p>- Sem prejuízo, verifica-se que as linhas de água “existentes não representadas na cartografia base”, a que se referem as figuras 1 e 2 do parecer da APA/ARHTO, não constam da informação geográfica disponibilizada no SNIAmb (nas shapefiles correspondentes aos critérios supra identificados), pelo que se entende que a situação identificada não tem implicação direta na delimitação das CALM, encontrando-se assim justificada a referência na página 15 do parecer;</p> <p>- Decorre ainda das OENR que “os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, ou seja, da nascente até à foz e a sua integração na REN deve ser precedida da verificação da sua evidência no terreno”, o que justifica que nem todos os cursos de água integram REN;</p> <p>Por outro lado:</p> <p>- De acordo com <u>Guia de apoio sobre a titularidade dos Recursos Hídricos, disponibilizado pela APA</u>, compete à APA a disponibilização da seguinte informação: Autos de delimitação de Domínio Público Hídrico; Limites de leitos e margens das águas do mar e das águas navegáveis e flutuáveis sob a sua jurisdição; Identificação de zonas de risco; Navegabilidade de cursos de água.</p>			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
			<p>- Conforme já descrito, a informação disponível no SNIAmb não contempla todas as linhas de água que se encontram assinaladas em cartografia militar, acrescendo que (como também já referido) a disponibilização de cartografia militar compete ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), por força das competências atribuídas pelo Decreto Regulamentar nº 11/2015, de 31 de julho.</p> <p>Importa assinalar que as condicionantes relacionadas com o domínio hídrico se encontram já devidamente salvaguardas no Regulamento do Plano, designadamente no Artigo 6.º, que determina a aplicação, na área do território municipal, dos regimes das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, entre as quais se incluem as servidões associadas aos recursos hídricos, vertidas na Planta de Condicionantes.</p> <p>No sentido de salvaguardar eventuais limitações da cartografia de base do Plano, o Regulamento integra, no seu Artigo 8.º, um conjunto de disposições que visa a salvaguarda dos recursos hídricos, cuja redação integral se transcreve:</p> <p><i>“Artigo 8.º -Recursos Hídricos</i></p> <p><i>1 – A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.</i></p> <p><i>2 – Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.</i></p> <p><i>3 - A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.”</i></p> <p>Importa ainda assinalar, relativamente à REN e, mais especificamente, à proposta de delimitação da tipologia “Cursos de Água e Respetivos Leitos e Margens” (CALM) que integra os elementos da REN submetidos no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, o seguinte:</p>			



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
			<p>- O Município efetuou um esforço adicional de aferição do traçado dos cursos de água que se propõe que integrem a tipologia CALM (num processo que se veio a revelar bastante trabalhoso e moroso, e que será impossível replicar para todos os restantes cursos de água);</p> <p>- Na parte final do subcapítulo 3.1.1 da Memória Descritiva da proposta de REN Bruta, efetua-se uma breve descrição do processo de aferição levado a cabo:</p> <p><b>Aferição do traçado dos cursos de água</b></p> <p><i>No decorrer na delimitação dos leitos (forma poligonal e forma linear), observou-se a existência de erros pontuais na cartografia base (homologada) no que diz respeito ao traçado real dos cursos de água identificados e ainda troços omissos. Nestes casos, optou-se pela correção do posicionamento dos leitos com base no Ortofoto 25 cm – Zona norte de Portugal Continental do ano 2018 complementada pelo ano de 2021.</i></p> <p><i>Esta análise teve ainda em consideração o traçado dos cursos de água identificados nas cartas militares de Portugal à escala 1:25000, informação altimétrica e cartografia da REN em vigor do concelho.</i></p> <p><i>Procedeu-se, também, à aferição/delimitação, na forma poligonal, dos cursos de água onde se observasse uma largura de leito superior a 5 metros (ainda que alguns surgissem, inicialmente, na cartografia de base, representados pela forma linear). Esta aferição teve por base a observação dos diferentes ortofotomapas acima referidos.</i></p> <p><i>Na delimitação do leito em forma poligonal, efetuaram-se ainda correções de modo a incluir a totalidade da massa de água (visível nos ortofotos DGT dos anos 2018 e 2021), com a inclusão de pequenos bancos de areia, lodeiros e/ou cascalheiras, que a cartografia de base excluiu. Importa referir que estes bancos de areia e outra zonas de leito com areias/cascalhos e lodeiros, tem especial importância na ecologia e morfologia fluvial e na dinâmica de sedimentos, devendo incorporar a tipologia CALM – Leitos. Nesta aferição, incluiu-se ainda, pequenas represas de água (função de rega e/ou abeberamento animal) que se identificaram incluídos no leito dos cursos de água integrados em CALM.</i></p> <p>- A imagem seguinte, extraída da MDJ da REN, demonstra a quantidade de pontos de correção que resultaram deste processo. Refira-se a informação geográfica relativa a estes pontos de correção (shapefile de pontos</p>			



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
			<p>“pnt_rev_CALM_Covilhã”) foi também disponibilizada no processo da REN entregue, na informação intermédia de delimitação da tipologia CALM;</p>  <p>- Para além deste cartograma, constam também da MDJ, bem como do documento de resposta/ponderação dos pareceres, algumas imagens exemplificativas do tipo de acertos/aferição efetuados.</p>			
CURSOS DE ÁGUA E RESPATIVOS LEITOS E MARGENS (CALM)						
APA.CALM.01	2	Importa desde já salientar que o exposto, no que respeita à cartografia de base – rede hidrográfica, tem repercussões significativas nesta tipologia. Assim, deve a proposta ser revista em conformidade, nomeadamente tendo em conta as alterações a introduzir nesse âmbito.	Ver ponderação ao ponto APA.GER.01.	Recomendação parcialmente acolhida.	(sem comentário)	-

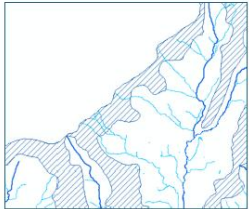
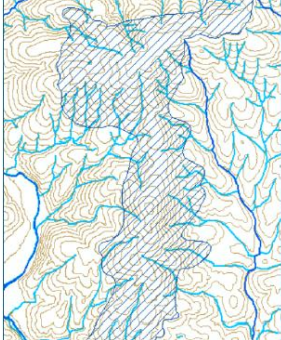

N. REF. <sup>a</sup>	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.CALM.02	2	<i>b) Na metodologia, na página 14, observa-se que não são referidas as margens dos cursos de água, as quais integram esta tipologia, para além dos leitos dos mesmos. Não obstante, na página seguir à Tabela 2. Identificação dos critérios de seleção das linhas de água para integrar a tipologia CALM (página 23 do ficheiro. Note-se que existe uma gralha na numeração das páginas da MDJ: a partir desta tabela é reiniciada a numeração), constata-se que se mantém o texto relativo às margens tal como apresentado na proposta anterior, sem nada a destacar;</i>	<p>A delimitação da Margem não é diretamente referida no ponto “ii. Metodologia, critérios e fontes de informação” da MDJ, dado, neste caso, se pretender explicar somente a metodologia aplicada na seleção dos cursos de água que integram a tipologia CALM. (Caso entenda a entidade, esta situação poderá ser reformulada de modo a surgir a metodologia de delimitação das Margens no referido ponto ii.).</p> <p>Contudo, e como referido pela entidade, na MDJ, é referida a metodologia de delimitação das Margens, onde se observa: “A largura das margens segue o disposto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual), assumindo, no caso específico das linhas de água no concelho, valor de 10 metros (cursos de água não navegáveis nem flutuáveis).”</p> <p>Relativamente à gralha na numeração, trata-se de um lapso advindo da quebra de secção de páginas. Situação a corrigir.</p>	<b>Recomendação parcialmente acolhida.</b>	<p>Considera-se que deve ser apresentada a metodologia de delimitação das margens, tal como dos leitos, na medida em que se trata de uma componente da tipologia CALM.</p> <p>A analisar na próxima versão da proposta.</p>	<b>Recomendação acolhida</b>
APA.CALM.03	2	<i>c) É salientado que “atendendo que a tipologia ZAC ainda não se encontra delimitada, os cursos de água potencialmente associados à formação desta, não foram analisados nem incluídos na tipologia CALM”. Deste modo a proposta deverá ser revista após a aprovação da tipologia das zonas ameaçadas pelas cheias;</i>	<p>Na proposta de delimitação da REN (versão 02), não foi apresentada a delimitação da tipologia ZAC.</p> <p>Salienta-se que, no decorrer do processo, a tipologia ZAC foi delimitada e submetida a apreciação das entidades.</p> <p>Assim, como referido pela entidade, após validação das ZAC, as CALM serão revistas em conformidade.</p>	<b>Recomendação acolhida.</b>	A analisar na próxima versão da proposta.	-
APA.CALM.04	2	<i>e) Foi introduzido um subcapítulo “aferição do traçado dos cursos de água” no qual é referido que no processo de elaboração da proposta foram detetados “erros pontuais na cartografia base (homologada) no que diz respeito ao traçado real dos cursos de água identificados e ainda troços omissos” e descrita a metodologia utilizada para a correção dos mesmos, a qual se baseou em ortofotomapas, Cartas Militares, informação altimétrica e, nalguns casos “na observação “in situ” através do Google Maps e de trabalhos de campo realizados no âmbito da delimitação da REN”. Esta metodologia considera-se adequada, recomendando-se também a sua utilização para a revisão de cartografia de base, conforme já referido no parecer anterior. Todavia, reforça-se que a cartografia de base deve ser revista, havendo implicações prováveis nesta tipologia;</i>	Contributo registado.	<b>Recomendação acolhida.</b>	A analisar na próxima versão da proposta.	-
APA.CALM.05	3	<i>f) É ainda referida a representação das linhas de água da foz à nascente. Contudo, neste âmbito, existem ainda algumas situações a rever, tal como já referido;</i>	<p>Contributo registado.</p> <p>A delimitação dos cursos CALM, como referido na MDJ, foi efetuado desde a sua foz até à nascente, tendo como referencial a rede hidrográfica apresentada na Cartografia de Base (com correções do traçado sempre que se verificou necessário).</p> <p>Ver ainda ponderação ao ponto <b>APA.GER.01.</b></p>	<b>Recomendação acolhida.</b>	<p>A analisar na próxima versão da proposta.</p> <p>Note-se que, conforme já apontado, a rede hidrográfica apresentada na Cartografia de Base carece de revisão, pelo que constituindo esta o referencial para a delimitação dos CALM, também estes carecem de correção.</p>	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.CALM.06	3	<p><i>h) A MDJ refere que “os troços artificializados com passagens hidráulicas (troços entubados), localizados em áreas urbanas consolidadas onde a sua renaturalização é inexequível, não são integrados em REN. Considerando este critério, não foram identificados troços entubados “não REN” no concelho da Covilhã”. Neste âmbito considera-se de referir dois aspetos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li><i>o a questão dos troços entubados e sem condições de renaturalização não se coloca apenas em áreas urbanas, mas sim na totalidade do território, devendo, portanto, ser revista a proposta nestes aspetos;</i></li><li><i>o a representação desses troços deve ser apresentada, tal como referido no parecer anterior da APA-ARHTO “Embora estes troços não integrem a REN, a sua representação (a tracejado) deve ser apresentada com a proposta de CALM no sentido de verificar a conectividade exigida”.</i></li></ul>	<p>Situação a corrigir, devendo apresentar-se os troços entubados (identificados nos cursos de água CALM), numa revisão à esta tipologia da REN.</p> <p>Neste contexto, importa referir que relativamente à existência de troços entubados a não integrar em REN, na proposta de delimitação da REN Versão 02, os mesmos não foram identificados, dado se considerar que os mesmos eram inexistentes. Contudo, atendendo ao exposto pela entidade e numa rápida análise à informação de base do concelho, verifica-se a existência de troços entubados, de extensão considerável, a serem excluídos da delimitação da tipologia CALM.</p> <p>Na Carta de delimitação da REN, assegurar-se-á a representação dos troços entubados consoante indicações do parecer.</p>	Recomendação acolhida.	A analisar na próxima versão da proposta.	-
APA.CALM.07	3	<p><i>Relativamente à informação geográfica, da análise efetuada, observou-se o seguinte, para além dos aspetos com implicações nesta tipologia já identificados na análise da cartografia de base:</i></p> <p><i>a) a tabela de atributos das shapefiles 0503_CAL_L e 0503_CAL_P não inclui os dados referidos na resposta ao parecer da APA-ARHTO, verificando-se que os mesmos só estão disponíveis na shapefile covilha_cursos_agua_leito_line_inter e covilha_cursos_agua_leito_pl_inter. Considera-se que esses dados devem integrar a shapefile final da tipologia, sendo relevantes para a proposta;</i></p> <p><i>b) Da informação recebida não conseguimos identificar a informação relativa aos cursos de água cobertos e sem condições de renaturalização (ver análise da MDJ acima);</i></p>	<p>a) Apresenta-se a Tabela de Atributos completa, na informação intermédia, uma vez que, face a necessidade de apresentação das tipologias REN “shapefile final” num só ficheiro vetorial “singlepart”, ou seja, cada shapefile representada num só polígono (polígono de cada tipologia REN), neste não se devem observar “linhas fronteiras” na respetiva tipologia REN.</p> <p>Note-se que, caso se represente a informação total da tabela de atributos na “shapefile final”, por exemplo, na representação dos polígonos CALM, observaram-se vários polígonos, uma vez que cada rio/ribeira seria uma entidade diferente. Adicionalmente, na representação da Carta da Delimitação da REN, as tipologias REN devem ser apresentadas de modo que se observe a sua área unida e com a devida conectividade ecológica.</p> <p>b) Ver ponderação no ponto <b>APA.CALM.06</b></p>	Recomendação não acolhida.	A rever na informação intermédia a apresentar com a próxima versão da proposta.	-
ALBUFEIRAS QUE CONTRIBUAM PARA A CONECTIVIDADE E COERÊNCIA ECOLÓGICA DA REN, RESPECTIVOS LEITOS, MARGENS E FAIXAS DE PROTEÇÃO						
APA.ALB.01	3	<p><i>Constata-se, pela análise da informação geográfica, MDJ e tabela de ponderação, que foi dada resposta ao parecer da APA-ARHTO. Considera-se, assim, que a proposta da tipologia Albufeiras, respetivos leitos, margens e faixas de proteção, está em condições de ser aceite.</i></p>	<p>Contributo registado</p> <p><b>Tipologia estabilizada, com parecer favorável.</b></p>	-	-	-
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INFILTRAÇÃO E DE PROTEÇÃO E RECARGA DE AQUÍFEROS						

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.AEIPRA.01	3	<p>...</p> <p><i>Relativamente aos documentos agora entregues, da análise efetuada, resultam as seguintes considerações:</i></p> <p>a. Para o parâmetro <i>Ip</i> não foi novamente considerada a informação geográfica disponibilizada por estes serviços e correspondente à recarga das massas de água subterrânea, determinada no âmbito do Plano das bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º16-B/2013, de 22 de março. Considera-se que este parâmetro deverá ser reformulado, utilizando a informação geográfica remetida em anexo aos anteriores pareceres;</p> <p>b. A <i>shapefile</i> enviada não distinguia os polígonos associados às zonas de recarga das áreas relativas às cabeceiras das bacias hidrográficas, impossibilitando assim a análise do trabalho efetuado.</p> <p><i>Tendo em conta o exposto, considera-se necessária a reformulação da proposta de AEIPRA apresentada.</i></p> <p><i>A CM de Covilhã, após conhecimento do mesmo, informou que a informação intermédia, relativa a esta tipologia, permitia a distinção entre as suas duas componentes. Após verificação da informação descarregada confirmou-se que, efetivamente, essa informação foi recebida.</i></p> <p><i>Contudo, no que se refere à delimitação das Áreas de recarga, considera-se que o essencial do parecer se mantém, na medida em que há necessidade de refazer o parâmetro <i>Ip</i> e aplicar novamente a metodologia.</i></p>	<p>Relativamente ao exposto no ponto <b>a.</b>, subentende-se, pela leitura do parecer, que as Áreas de Recarga de Aquíferos, deverão ser reformuladas, atendendo à nova reformulação do parâmetro <b>IP</b> (que irá refletir-se na necessidade de proceder à reformulação da tipologia AEIPRA).</p> <p>Contudo, importa salientar que a referida Informação geográfica, referida também no primeiro Parecer à delimitação da REN, não se encontrava, na altura, anexado ao mesmo, tendo sido enviada em momento posterior por parte da entidade.</p> <p>Está informação, aquando da delimitação das AEIPRA (versão 02 da REN), não foi ponderada, dada a complexidade da informação contida da respetiva Tabela de Atributos.</p> <p><u>Neste caso, deve, em sede <b>Reunião Setorial</b> proceder-se ao esclarecimento/identificação do campo/valor (coluna) a ser utilizado como valor de recarga das massas subterrâneas, a implementar na aferição do índice de Recarga Efetiva (IRef).</u></p>	Aspeto a discutir em Reunião Setorial.	Questões tratadas por email	Recomendação acolhida

APA.AEIPRA.02	4	<p><i>Da análise da informação geográfica apresentada – shapefile cabeceiras_covilha_ret_clip, constata-se que a proposta sofreu alterações consideráveis, resultando numa diminuição da área proposta.</i></p> <p>...</p> <p><i>Da análise da informação geográfica disponibilizada conclui-se que foram utilizadas as cabeceiras das linhas de água de 3ª ordem, com processos que revelam generalização e suavização das manchas, sendo o resultado mais adaptado à configuração do território, embora apenas de modo aproximado se analisado com a topografia disponibilizada. De igual modo, se for feita uma análise considerando a rede hidrográfica disponibilizada, verifica-se que esses ajustes deveriam, para um resultado mais adequado, ter em conta o traçado da mesma (nomeadamente, após a sua revisão de acordo com o já exposto neste parecer). Assim, sugere-se que se tentem minimizar as sobreposições com as linhas de água representadas em cartografia de menor escala (utilizando como referência a Carta Militar 1/25.000, por exemplo). Sugere-se, ainda, que esta análise decorra em simultâneo com a revisão da rede hidrográfica da cartografia de base.</i></p> <p><i>A título de exemplo, podem observar-se as situações ilustradas nas figuras 6 a 8 em anexo.</i></p> <p><i>Tendo, ainda, em conta as respostas apresentadas no Quadro-1, considera-se de aceitar condicionalmente a proposta de delimitação apresentada, devendo ser feitos ajustes face ao exposto.</i></p> <p>...</p> <p><i>figuras 6 a 8 em anexo:</i></p>	<p>Embora, na presente proposta de delimitação da REN (versão 02), se tenha contemplado a delimitação das cabeceiras das bacias hidrográficas (tendo por base o trabalho desenvolvido pelo ISA (2020) e disponibilizado na plataforma do EPIC-WEBGIS, com base na metodologia da Selma e Magalhães (2018)), importa salientar que, atendendo que a CNT (em junho de 2024) emitiu o documento <b>Orientação Técnica para Apoio ao Cálculo das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas</b>, as Cabeceiras (áreas a integrar em AEIPRA) deverão ser reformuladas.</p> <p>Neste contexto e atendendo às Orientações Técnicas da CNT, onde <u>se refere a possibilidade de aplicação de vários métodos para aferição de Cabeceiras, deve-se, em sede Reunião Setorial proceder ao esclarecimento/identificação do método a seguir, bem como definição de alguns parâmetros a considerar no mesmo.</u> Segundo estas orientações, “Este procedimento tem como informação de base tanto as linhas de festo como o cálculo do ponto de início da rede hidrográfica dando uma resposta muito orientada aos requisitos das OENR. <u>A aplicação deste método, caso levante dúvidas, deve ser sempre articulado com a respetiva CCDR ou ARH no sentido de ser fornecida toda a ajuda técnica necessária aos municípios e às suas equipas</u>” (CNT, 2024:10).</p> <p>Desta forma, solicitam-se orientações sobre os seguintes parâmetros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Determinação das linhas de festo a usar</b> – Das linhas de festo definidas à escala nacional (Pena, S. B), qual o nível hierárquico a considerar?</li><li>2. <b>Determinação dos pontos iniciais da rede hidrográfica</b> – Qual a área de drenagem a considerar? Segundo as orientações (CNT, 2024), “Este método considera que as cabeceiras são a área localizada entre a linha de festo e o início da rede hidrográfica, pelo que se torna essencial definir o início da rede hidrográfica. De acordo com o artigo referido, o início da rede hidrográfica dá-se a partir dos 0,1 km2 de área de drenagem, no entanto os autores têm verificado em trabalhos recentes que esses limiares podem recuar até aos 0,01 km2”</li></ol>	Aspeto a discutir em Reunião Setorial.		<p><b>Recomendação parcialmente acolhida</b></p> <p>(serão reavaliadas algumas áreas onde existe sobreposição com as linhas de água, verificando se é possível assegurar minimização de sobreposição)</p>
---------------	---	---	---	--	--	---



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
		<div><p>Fig. 6 - No limite do concelho, a NW de Unhais da Serra - AEIPRA - Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul) e a rede hidrográfica de base (traços azul-claro)</p></div> <div><p>Fig. 7 - Parte central do concelho entre Casegas e Paul - AEIPRA - Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul), altimetria (traços castanhos) e a rede hidrográfica da cartografia de base (traços azul-claro)</p></div> <div><p>Fig. 8 - AEIPRA - Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul) e a rede hidrográfica de base (traços azul-claro) sobre a Carta Militar - no limite do concelho, a Este de Peraboa. Verifica-se que a linha de água CALM não se encontra integrada na REN na sua totalidade, devendo incluir o troço a montante do plano de água até à sua cabaceira, não devendo haver sobreposição com a tipologia AEIPRA - Cabeceiras. Também se pode constatar que a rede hidrográfica tem discrepância relativamente à hidrografia representada na Carta Militar, sendo que, se observadas esses traçados com os ortofotomapas ou outras fontes de imagens aéreas se consegue confirmar o traçado correto.</p></div>				
ÁREAS DE ELEVADO RISCO DE EROSIÃO HÍDRICA DO SOLO						
APA.AEREHS.01	5	<p>... . devem ser revistas as páginas 66 e 67, na medida em que se encontram repetidos alguns parágrafos. Pressupõe-se que esta gralha tenha ocorrido quando da correção dos valores nas expressões para o cálculo de S - na página 66 está como na versão anterior (5.4), mas na página 67 já se encontra correta a expressão (com o valor 5.14).</p> <p>Quanto ao resultado final, verifica-se que a área abrangida por esta tipologia é maior que a da proposta anterior, sendo que, face à informação intermédia apresentada, nos parece ter uma distribuição espacial coerente.</p> <p>Assim sendo, considera-se que foi dada resposta às questões identificadas no parecer da APA-ARHTO relativo à versão anterior, sendo que, não obstante ser necessário proceder à retificação da gralha detetada nas páginas 66 e 67, se considera que a proposta se encontra em condições de ser aceite.</p>	Proceder à correção da gralha relativa à expressão do cálculo de S e repetição do parágrafo indicado	Recomendação acolhida.	A analisar na próxima versão da proposta.	-



## QUADRO 2

### AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA/ARH-TO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 1.ª Reunião da Comissão Consultiva (Reunião Setorial realizada no dia 14.10.2024) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL, ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

Parecer da APA/ARH-TO (referência): S058523-202410-ARHTO\_DPI, ARHTO.DPI.00048.2022

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.0 1	1	<p>1. Informação de Base utilizada para a delimitação das ZAC (referenciada no Quadro 30, página 60 do EHH): Carta Administrativa Oficial de Portugal, CAOP2021, escala 1:25000 (fonte DGT); Altimetria à escala 1:5000 (fonte CMC) e à escala 1:25000 (fonte IGEOE); Hidrografia à escala 1:5000 (fonte CMC) e à escala 1:25000 (fonte IGEOE e SNIAmb); Geologia à escala 1:25000 (fonte LNEG) e à escala 1:1000000 (fonte SNIAmb); Solos à escala 1:25000 (fonte DGADR) e à escala 1:1000000 (fonte SNIAmb); COS2015 à escala 1:25000 (fonte DGT); Ortofotomapas (fonte DGT).</p> <p>Esta informação de base não é integralmente coincidente com os dados de base definidos para a Caracterização da Área em Estudo, constantes do Quadro 1, página 13 do EHH, <b>sendo de salientar a divergência da carta COS2018 (fonte DGT), então definida, e a carta COS2015 indicada no Quadro 30, página 60 do EHH. Refere-se que deverá ser identificada a data dos ortofotomapas utilizados que, segundo as OENR, ponto 3.3.1, devem ser atualizados (DGT, CIGeoE). Deve ainda ser esclarecida a utilização de informação (Geologia e Solos) às escalas :25000 e 1:1000000, uma vez que deve ser utilizada a escala de maior detalhe.</b></p>	<p>Os dados de base, apresentados nos Quadros 1 e 30, pertencem a dois momentos diferentes da metodologia do Estudo Hidrológico, designadamente, à Caracterização da Área de Estudo (Capítulo 2) e à Análise Hidrológica (Capítulo 3), respetivamente.</p> <p>Contudo, as referências serão uniformizadas, complementadas e atualizadas à data mais recente e à escala de maior detalhe que faça sentido para cada um dos momentos.</p>	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-
APA.ZAC.0 2	2	Verifica-se que a Figura 7, página 22 do EHH, identifica a ribeira de Corte como ribeira do Paul, o que deve ser retificado.	Será retificado	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-
APA.ZAC.0 3	2	A localização concreta das secções consideradas no EHH não se encontram definidas nem em cartografia, nem em informação geográfica.	Será remetido em Anexo ao Estudo Hidrológico a listagem das secções consideradas e a figura representativa da sua posição.	Recomendação acolhida	A informação deve incluir informação geográfica (shapefiles)	Recomendação acolhida
APA.ZAC.0 4	2	<p>O EHH refere que o Número de Escoamento “baseou-se na informação disponibilizada no Atlas da Água - Números de Escoamento (<a href="https://sniamb.apambiente.pt/content/geovisualizador">https://sniamb.apambiente.pt/content/geovisualizador</a>)”.</p> <p>No entanto, CN deve ser obtido a uma escala de maior pormenor, sendo que o próprio EHH (página 74) refere que “O cruzamento do tipo de solo e ocupação do solo (e.g. COS2018) permite quantificar o número de escoamento, tal como indicado pelo Soil Conservation Service (Correia, 1984b)”. Assim, CN deve ser aferido atendendo à informação da COS2018 (escala 1:25000) e ao tipo hidrológico de solo.</p>	Apesar de se considerar que esta será uma alteração com pouca relevância e impacto nos resultados finais da delimitação das ZAC, o CN será calculado conforme a informação de maior detalhe referida.	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-

N. REF. <sup>a</sup>	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.05	3	<i>Devem ser consideradas as condições antecedentes de humidade no solo, AMCIII (humidade elevada no solo).</i>	Considerando o baixo impacto deste parâmetro, propõe-se a realização de uma análise amostral para validação da informação disponível no SNIAMB.	<b>Recomendação parcialmente acolhida</b>	<i>Não se concorda, mantendo-se o teor do parecer, "Devem ser consideradas as condições antecedentes de humidade no solo, AMCIII (humidade elevada no solo)"</i>	<b>Recomendação acolhida</b>
APA.ZAC.06	3	<i>A área em estudo foi delimitada automaticamente em ambiente SIG no software QGIS, com base no Modelo Numérico de Elevação (MNE) e melhorado com a hidrografia à mesma escala. O EHH refere que foram comparados os resultados obtidos, com os dados disponibilizados pela APA, no visualizador do Sistema Nacional de Informação de Ambiente (SNIAMB) e que, dado que a delimitação resultante coincidia de forma satisfatória, foi opção a utilização dos dados oficiais da APA. Não obstante a informação da APA, <b>deve ser considerada a informação que ofereça maior detalhe</b> pelo que, sendo a altimetria do concelho da Covilhã à escala 1:5000, da mesma decorrerá um MNE de maior precisão do que a que poderá ser obtida da informação da APA (SNIAMB) à escala 1:25000 (Principais Bacias Hidrográficas (DQA); Rede hidrográfica GeoCodificada: Quadro 1, página13).</i>	Convém referir, desde logo, que, ao contrário do sugerido, não existe informação à escala 1:5000 (nem mesmo à escala 1:10.000) para toda a área das bacias hidrográficas em estudo. Assim, a elaboração do MNE segue sempre a regra de utilizar a informação de base mais detalhada que foi possível: cartografia de base à escala 1:5.000 para o concelho da Covilhã, complementada com a cartografia à escala 1:10.000 para os concelhos do Fundão e Belmonte e com cartografia 1:25.000 para a restante área das bacias hidrográficas.  A eventual delimitação das bacias hidrográficas com base neste MNE iria trazer problemas nas zonas de fronteira entre estas diferentes cartografias, podendo-se correr o risco de não concordância da entidade com a delimitação adotada para as linhas de cumeada.  Note-se, também, que um eventual ajuste das bacias hidrográficas à cartografia de base 1:5000 (cuja necessidade não está explícita nas OENR, e que só seria possível dentro do concelho) seria um trabalho demasiado moroso e exigente, sendo que a experiência da Equipa Técnica em vários processos deste tipo demonstra que, desta alteração, não resulta uma diferença significativa em termos do resultado final de delimitação da tipologia.  Assim, opta-se por manter a opção de considerar a fonte oficial existente, que é também aquela que permite/garante uma continuidade regional.	<b>Recomendação não acolhida</b>	<i>Concluiu-se pela possibilidade de consideração da delimitação das bacias hidrográficas constantes do SNIAMB</i>	-
APA.ZAC.07	3	<i>O tempo de concentração das bacias hidrográficas consideradas foi determinado pelos métodos de: Corps Engineers, Dooge, Giandotti, Jonhnstone, Kirpich, Pasini, Pickering, Picking, Temez, Ven The Chow, Ventura e de Soil Conservation Service (Quadros 40 e 41 do EHH). Pelos valores definidos nos referidos quadros, constata-se que foi realizada a média dos valores de tc, após rejeição dos valores extremos (máximo e mínimo). No entanto, este procedimento não se encontra especificado no EHH, devendo sê-lo.</i>	Essa especificação consta da pág. 76 do EHH, no final do seguinte parágrafo: "O tempo de concentração (Tc) de uma bacia hidrográfica é o tempo necessário para que toda a sua área contribua para o escoamento superficial na secção da bacia, ou seja, é o tempo necessário para que uma gota de água no ponto hidráulicamente mais afastado da bacia chegue à secção de saída. Este parâmetro é, por isso, essencial para avaliar o caudal máximo de cheia, sendo apresentados métodos de avaliação deste no Quadro 39. O tempo de concentração pode ser influenciado por diferentes ocupações da bacia hidrográfica, desde que tais ocupações alterem as características do movimento de que resulta a concentração da água na secção de referência da bacia (Portela et al., 2000). <b>Adotou-se um valor para tempo de concentração correspondente a uma média de todos os valores após exclusão do maior e menor.</b> "	<b>N.A.</b>	<i>Sem considerações.</i>	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.08	3 e 4	<p><i>O caudal de cheia foi aferido com base na fórmula do caudal específico definida nas OENR (mencionado no EHH como método alternativo segundo a Portaria n.º 336/2019) e nas fórmulas do Soil Conservation Service (SCS), Racional, Turazza-Giandotti e de Loureiro, por considerar que os cursos de água em questão não dispõem de registos hidrométricos ou que o seu número é insuficiente.</i></p> <p><i>As OENR definem que “A determinação das zonas ameaçadas pelas cheias associadas ao período de retorno de 100 anos, bem como daquelas onde a ocorrência de cheias fluviais com excecionalidades inferiores (por exemplo 20 anos) conduza a consequências prejudiciais significativas, obriga ou à elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos que utilizem os dados hidrometeorológicos e morfológicos existentes, ou à aplicação de procedimentos hidrológicos expeditos, em caso de bacias hidrográficas não suficientemente monitorizadas e de bacias hidrográficas entre 10 km2 e 600 km2, ou a estudo geomorfológicos combinados com uma avaliação estatística.</i></p> <p><i>A aplicação de procedimentos expeditos é complementada com estudos hidrológicos mais desenvolvidos sempre que existam especificidades próprias”. A consideração do “Método alternativo segundo a Portaria n.º 336/2019” refere-se à obtenção do caudal específico de acordo com o “procedimento hidrológico expedito válido para bacias hidrográficas com áreas entre 10 km2 e 600 km2”, conforme:</i></p> <p>Para o período de retorno de 100 anos:</p> $q \text{ (m}^3\text{/s/km}^2\text{)} = 61,176 A^{-0,589} \text{ (km}^2\text{)}$ <p><i>Este método alternativo é uma solução de recurso em “situações de ausência ou escassez de dados e de informação hidrometeorológica”, não devendo ser utilizada como metodologia específica para a obtenção do caudal de ponta de cheia. Por outro lado, o mesmo não é aplicável a bacias com áreas superiores a 600km2, como o caso das sub-bacias do rio Zêzere designadas Troço 02, Troço 03.01, Troço 03.02, Troço 03.03 e Troço 03, respetivamente com as áreas de 602.7, 728.01, 1255.5, 1354.3 e de 1606.9km2.</i></p>	O referido método será retirado da análise.	Recomendação acolhida	Sem considerações (ver item APA.ZAC.09)	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.09	4	<p>As OENR especificam ainda que “Os estudos hidrológicos incorporam mais de uma metodologia específica para obtenção do caudal de ponta de cheia”. Para o efeito devem ser consideradas outras fórmulas e métodos adequados à área e natureza das bacias hidrográficas em estudo. A APA/ARHTO recomenda a adoção das seguintes “boas práticas”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A determinação do caudal máximo de cheia <b>resulta da média aritmética dos resultados obtidos pela aplicação de diferentes expressões cinemáticas (no mínimo 5)</b>, após exclusão do valor mínimo e máximo obtidos, sendo que o caudal de máxima cheia deverá ser determinado através da utilização dos seguintes métodos, em exemplo: Racional, Giandotti, Soil Conservation Service (SCS), Mockus, David, Kirpich, Pickering, Picking, Temez.</li> <li>O coeficiente C deve refletir o período de retorno de 100 anos, <b>devendo ser aplicado o coeficiente C corrigido, de 1,25</b> (Wright-MacLaughlin, 1969).</li> </ul>	<p>O caudal máximo de cheia poderá ser determinado através da aplicação de sete métodos, seguida do cálculo da média aritmética dos resultados obtidos, após a exclusão dos valores extremos (mínimo e máximo).</p> <p>No entanto, importa constatar que existem diferenças significativas, relativamente a este aspeto, nos documentos que suportam a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias de Belmonte (que cumprem e vão até além das referidas “boas práticas”, em termos de número de expressões cinemáticas avaliadas) e do Fundão (onde o cálculo dos caudais de ponta teve como base apenas 2 métodos – Soil Conservation Service (SCS) e Racional – tendo-se adotado os valores do SCS).</p> <p>O pressuposto de compatibilização com ambos os concelhos, referido no ponto APA.ZAC.33 será, muito difícil de conseguir.</p> <p>O coeficiente será corrigido para 1,25.</p>	<p><b>Recomendação parcialmente acolhida. Questão a discutir em reunião setorial.</b></p>	<p>A ET deve atender às “Boas Práticas” definidas no parecer da APA/ARHTO considerando as referidas fórmulas cinemáticas para cálculo do caudal de cheia, para o período de retorno de 100 anos, ou outras fórmulas cinemáticas que se adequem à área e à natureza das bacias hidrográficas em estudo. As OENR definem critérios permitindo flexibilidade nas metodologias e modelos a implementar na concretização dos Estudos Hidrológicos e Hidráulicos para a delimitação das ZAC. É plausível a existência de diferenças entre métodos adotados para a delimitação das ZAC de concelhos vizinhos, e incompatibilidade das ZAC nos limites dos concelhos decorrentes também de diferentes detalhes da altimetria utilizada e da incerteza inerente à aferição hidrológica. Compete às ETs ponderarem a melhor informação disponível e adequada a Portugal Continental, em específico às bacias hidrográficas em estudo, conjugada com trabalho de campo, consulta às Juntas de Freguesia, às notícias regionais, aos indivíduos mais idosos do concelho, às instituições de proteção civil concelhia ou regional e a outros estudos que possam existir, de modo a apurarem os eventos de cheias no território, que proporcionará a melhor delimitação possível das ZAC salvaguardando, para além das restantes funções desta tipologia, “A prevenção e redução de risco, garantindo a segurança de pessoas e bens”, nos termos da alínea i) do nº3 da alínea c) da Secção III do Anexo I do RJREN.</p>	<p><b>Recomendação acolhida</b></p>
APA.ZAC.10	4 e 5	<p>A aferição da intensidade de precipitação considerou as Curvas IDF do posto da Covilhã, Brandão e Rodrigues (1998), para o período de retorno de 100 anos, coeficientes a e b de 357,356 e de -0,552, respetivamente. Estes coeficientes dependem da duração da chuvada, pelo que devem ser aferidos em consonância com o mesmo. Ainda, estes parâmetros merecem dúvidas, atendendo a que não se verificou constarem na tabela da Portaria n.º336/2019 de 26 de setembro de 2019 (OENR), que representa as curvas IDF de Brandão e Rodrigues (1998). Esta questão deve ser aferida.</p>	<p>Considera-se que, havendo melhores bases dados, estas deverão ser utilizadas, como é o caso dos dados de Brandão e Rodrigues (1998). Esta questão será devidamente fundamentada no EHH.</p>	<p><b>Recomendação acolhida</b></p>	<p>Sem considerações.</p>	-
APA.ZAC.11	5	<p><b>Deve igualmente ser fundamentada a consideração das referidas curvas IDF</b> dado que as OENR aconselham “a utilização das curvas de Intensidade -Duração -Frequência (IDF) específicas da bacia hidrográfica e, em caso de ausência desta informação, por impossibilidade da sua determinação, podem utilizar-se as curvas IDF para o período de retorno de 20 e 100 anos indicadas (...), disponíveis no portal do SNIRH”.</p>	<p>Foram usadas as curvas de Intensidade- Duração – Frequência (IDF) das estações disponíveis no estudo ANÁLISE DE FENÓMENOS EXTREMOS PRECIPITAÇÕES INTENSAS EM PORTUGAL CONTINENTAL, de Brandão et al. (2001). A escassez de informação implica a consideração dos postos udográficos da Covilhã e Penhas Douradas para a secção montante da bacia hidrográfica. Será incorporada esta informação no EHH.</p>	-	<p>Sem considerações.</p>	-
APA.ZAC.12	5	<p>Em caso de existir essa necessidade, devem ser considerados os postos udográficos mais próximos da área geográfica das bacias hidrográficas estudadas, quantificadas as respetivas áreas de influência e determinada a intensidade de precipitação resultante da influência de cada um dos postos admitidos. Foi considerado exclusivamente o posto udográfico da Covilhã, o <b>que deve ser justificado.</b></p>	<p>Serão identificadas as estações e verificadas as condições para análise com base no número de registos para análise.</p>	<p><b>Recomendação acolhida</b></p>	<p>Sem considerações.</p>	-

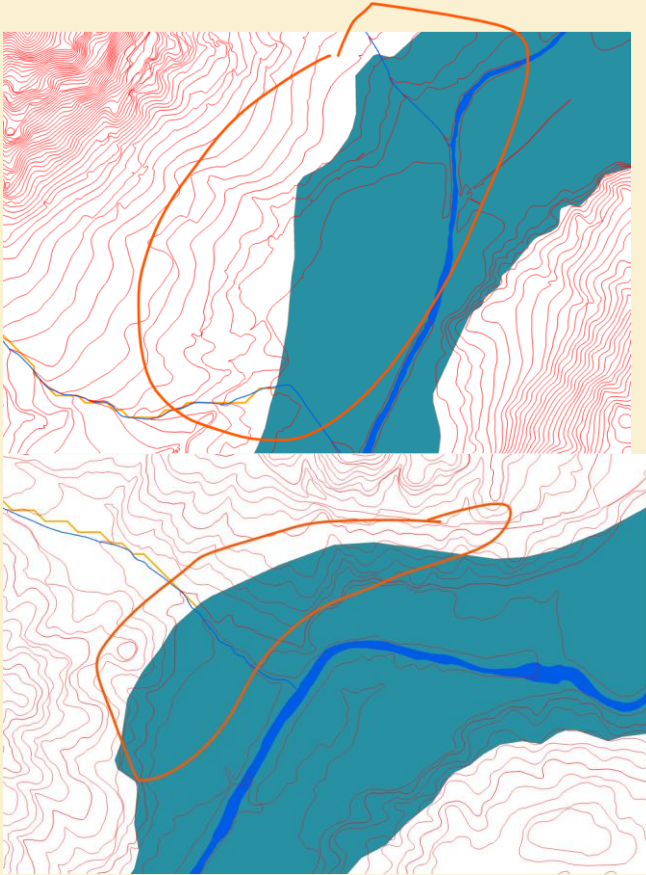


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.1 3	5	<i>O caudal de cheia para o período de retorno de 100 anos foi estimado pela média dos valores resultantes das várias fórmulas consideradas, após exclusão dos valores extremos (máximo e mínimo). Este caudal é apresentado no Quadro 52 do EHH, para as quinze bacias hidrográficas estudadas, no formato de caudal específico (m3/s.km2). <b>Deve ser apresentado um quadro com a indicação do respetivo caudal nas secções de referência.</b></i>	Ver ponderação ao ponto ‘APA.ZAC.03’. Informação será remetida para anexo.	<b>Recomendação acolhida</b>	<i>Deve ser apresentada uma tabela com o caudal de cheia (m3/s) nas secções de referência.</i>	<b>Recomendação acolhida</b>
APA.ZAC.1 4	5	<i>A modelação hidráulica decorreu da aplicação do modelo HEC-RAS, em modo unidimensional, regime permanente, para avaliação da capacidade de vazão das linhas de água, obtenção das cotas de cheia para os caudais de ponta determinados e delimitação da área inundável correspondente ao respetivo período de retorno. O modelo compreende a introdução dos dados geométricos (geometria dos cursos de água criados no RAS Mapper, a partir do MNE), hidrológicos (caudal de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos) e condições de fronteira. É mencionado a introdução dos coeficientes de perda de energia e de rugosidade de Manning, atribuídos segundo a Carta COS (2018) para as diferentes ocupações do solo das bacias hidrográficas (página 95 do EHH), <b>o que suscita dúvidas uma vez que devem ser atribuídos aos leitos dos cursos de água face à matéria em apreço.</b> Na página 96 é referido que “No painel Geometric Data, importou-se a geometria criada no RAS Mapper, contendo a informação da topologia da rede hidrográfica, e permitindo a introdução dos valores do coeficiente de rugosidade de Manning para os cálculos hidráulicos”. Esta incoerência deve ser esclarecida.</i>	Para a modelação hidráulica foram usados os valores associados à carta COS (2018), bem como, a delimitação dos leitos dos cursos de água para avaliação do coeficiente “n”. Esta explanação será esclarecida no EHH.	<b>Recomendação acolhida</b>	<i>Sem considerações.</i>	-
APA.ZAC.1 5	7	<i>5.1. O EHH efetua uma caracterização da precipitação anual, mensal, diária e máxima diária, para a área de estudo (bacias hidrográficas) com base nos registos de onze estações, no caso da precipitação anual, reduzidas posteriormente a quatro estações, nomeadamente Caria (12M/01UG) e Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG), e Silvares (13K/02UG), por apresentarem séries com maior número de registos, geograficamente representativas da área em estudo. Para as precipitações diárias foram consideradas as estações de Caria (12M/01UG) e da Covilhã (12L/03G). Não obstante a <b>caracterização apresentada</b> (páginas 26 a 58 do EHH), maioritariamente a mesma <b>não se afigura essencial para a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias</b> no âmbito do RJREN.</i>	Esta informação foi introduzida para caracterização da precipitação da área em estudo, apenas. Será retirada do EHH	<b>Questão a discutir em reunião setorial.</b>	<i>A ET referiu em reunião que a caracterização geral da área em estudo será retirada.</i>	<b>Recomendação acolhida</b>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.1 6	7	Relativamente às séries de registos de precipitação máxima diária anual nas estações de Caria (12M/01UG), Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG) e Silvares (13K/02UG), estas foram atendidas para fins de aferição da precipitação máxima diária anual para o período de retorno de 100 anos, com base na lei de distribuição de Gumbel – tipo I. Não foi avaliada a consistência das séries, nem a lei de distribuição que melhor se lhes aplica. Foi igualmente determinada a precipitação máxima diária anual para os períodos de retorno de 1, 2.5, 5, 10 e 50 anos, que não apresentam fundamento no âmbito da delimitação da tipologia ZAC.	Será avaliada a consistência das séries e retirada a informação para os períodos de retorno de 1, 2, 5, 10 e 50 anos	Recomendação parcialmente acolhida	O estudo atenderá ao período de retorno de 100 anos. Sem outras considerações.	-
APA.ZAC.1 7	8	Foi ainda realizada a caracterização da área de estudo quanto ao caudal instantâneo máximo anual, considerando a estação hidrométrica de Manteigas (11L/01H), localizada no rio Zêzere e com dados disponíveis, cuja bacia hidrográfica apresenta cerca de 25km2. Com base na lei de distribuição Gama tipo 1 (julga-se que nesta referência deva ler-se Gumbel - tipo 1), e um período de retorno de 100 anos, a análise estatística da série conduziu a um caudal de cheia de 138 m3/s (caudal unitário de 5 m3/s.km2).	Foi realizada esta análise por ser a única estação hidrométrica com dados suficientes para uma análise do caudal instantâneo máximo anual para o período de retorno de 100 anos.	-	Sem considerações.	-
APA.ZAC.1 8	8	O EHH apresenta ainda a análise de frequência dos valores extremos das séries de registos de caudal instantâneo máximo anual nas estações da Fábrica da Matrena (16G/01H) e Agroal (15G/02H), revelando um caudal de 592 m3/s e de 394 m3/s para um período de retorno de 100 anos, respetivamente (caudal unitário de 0,57 m3/s.km2 e 0,65m3/s.km2). Estas duas estações localizam-se na bacia hidrográfica do rio Nabão, afluente do rio Zêzere, a jusante da área de estudo, considerando-se que não são relevantes para o presente estudo.	Estas estações apresentam registos de caudal máximo anual que permitem uma análise estatística dos dados. Embora a jusante da área em estudo, refletem o comportamento da bacia hidrográfica para jusante, com um decréscimo acentuado do caudal unitário. Será referido para contextualização no EHH.	Recomendação parcialmente acolhida	As estações hidrométricas referidas não refletem o comportamento da bacia hidrográfica e das sub-bacias estudadas, pelo que não apresentam relevância, nem contextualizam o estudo, pelo que devem ser retiradas do mesmo.	Recomendação acolhida
APA.ZAC.1 9	8	Não obstante a análise estatística ao nível da precipitação máxima diária anual e do caudal instantâneo máximo anual, referidos, os valores obtidos para o período de retorno de 100 anos foram desconsiderados sem qualquer fundamentação, quer para efeitos de modelação hidrológica e hidráulica, quer para comparação com os valores obtidos pelo procedimento adotado e/ou validação dos mesmos.	Será incluída uma análise comparativa	Recomendação parcialmente acolhida	Sem considerações.	-
APA.ZAC.2 0	8	Ressalva-se que: <ul style="list-style-type: none"> <li>Não se encontra justificada a ausência de estações meteorológicas ou postos udográficos localizadas fora da “área em estudo”, atendendo a que as mesmas poderão apresentar influência nas bacias hidrográficas em estudo.</li> </ul>	Não há registos de curvas IDF em postos com influência na área de estudo, à exceção da estação da Covilhã. Justificação será reforçada na MDJ.	Recomendação parcialmente acolhida	A ressalva constante do parecer respeita à possibilidade de existirem estações meteorológicas fora da área de estudo com influência na mesma, para fins de obtenção das séries de registos históricos de precipitação, não se refere aos postos com curvas IDF. Esta clarificação foi efetuada também em reunião.	Recomendação parcialmente acolhida (situação será reavaliada)
APA.ZAC.2 1	8	Ressalva-se que: <ul style="list-style-type: none"> <li>Os registos devem ser referenciados ao ano hidrológico em causa e serem tabelados em conformidade (exemplo, ano hidrológico 2023/24).</li> </ul>	Será adotada a sugestão apresentada	Recomendação acolhida	Sem considerações.	



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.2 2	8	<i>Ressalva-se que:</i> <ul style="list-style-type: none"><li>O EHH (página 50/51 do EHH) compreende a referência à estação de SAMEIRO (04G/02UG), o que se julga se tratar de um lapso.</li></ul>	Será efetuada a devida retificação.	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-
APA.ZAC.2 3	8	5.2. A delimitação das ZAC não foi confrontada com marcas de cheia, inclusive com as ocorrências identificadas no Programa DISASTER.	Não é possível uma confrontação destes dados de forma que seja possível tirar qualquer conclusão sobre a delimitação das ZAC, uma vez que as ocorrências identificadas no Programa DISATER não estão georreferenciadas com rigor posicional adequado.	Recomendação não acolhida.	Não obstante os registos de ocorrências do Programa DISASTER não se encontrem georreferenciados, a informação existente não deve ser negligenciada, devendo o estudo avaliar, em caso de não existir delimitação de ZAC próxima, se tal se encontra devidamente fundamentado. Deve ser averiguada a origem da informação junto da entidade produtora/compiladora da mesma.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.24	8	5.3. Não é apresentada a comparação da proposta das ZAC com a ZA ao rio Zêzere (em vigor face à Portaria n. 91053/93, de 19 de outubro), nem com a REN em vigor.	<p>Considerou-se que esta comparação era dispensável (e até mesmo pouco desejável), porque se verifica uma significativa inconsistência da delimitação da Zona Adjacente, quando comparada com altimetria de base da cartografia homologada à Escala 1:5000. Abaixo ilustram-se dois exemplos onde esse desfasamento se torna bastante evidente. Ou seja, serão muito poucas as conclusões se poderão retirar desta comparação (ZA vs. ZAC), uma vez que se torna bastante evidente que não existe consistência altimétrica da ZA.</p>  <p>No entanto, poder-se-á apresentar um cartograma comparativo, com esta mesma constatação, no EHH e na MDJ da REN, mas apenas se a entidade considerar que esta é totalmente indispensável.</p>	Recomendação não acolhida.	Deve ser realizada a comparação entre a proposta de ZAC e a ZA ao rio Zêzere, embora não se pretenda uma confrontação de pormenor, mas que seja avaliada a enorme discrepância de áreas entre as mesmas, que esta seja contabilizada, corrigida e/ou fundamentada.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.2 5	8 e 9	5.4. De acordo com os caudais aferidos no EHH, o somatório dos caudais de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos, dos afluentes do rio Zêzere cujas bacias se localizam no concelho da Covilhã (podendo contudo extravasar a área do concelho), é duplo do caudal do rio Zêzere, na secção à saída do município da Covilhã. Trata-se de uma incoerência muito relevante uma vez que este curso de água recebe as águas daqueles afluentes, para além de contributos de outras linhas de água. Esta situação carece de averiguação e de correção.	A determinação do caudal do rio Zêzere desenvolvida no EHH considera o conceito de <i>Partial Contribution Area</i> , onde se pressupõe que apenas certas áreas de uma bacia hidrográfica contribuem ativamente para o escoamento superficial durante eventos hidrológicos específicos. Em bacias maiores, os processos de infiltração, armazenamento e atenuação do escoamento conduzem a uma diminuição do caudal unitário com o aumento da área de contribuição. Entende-se que este princípio está mais adequado à realidade do fenómeno cheia, resultando num valor de caudal inferior ao somatório dos caudais dos afluentes.	Recomendação não acolhida.	<p>A determinação do caudal do rio Zêzere desenvolvida no EHH considera o conceito de <i>Partial Contribution Area</i> que "pressupõe que apenas certas áreas de uma bacia hidrográfica contribuem ativamente para o escoamento superficial durante eventos hidrológicos específicos", conforme referido neste quadro pela ET. De acordo com Dunne and Black, 1970, o conceito de escoamento em área parcial surgiu pelo facto de apenas uma parte da bacia hidrográfica poder estar saturada, e esta área poder ser a única a contribuir efetivamente para o escoamento.</p> <p>No entanto, o EHH apresentado não fundamenta a aplicabilidade desta metodologia a bacias hidrográficas de Portugal Continental, em particular à bacia hidrográfica do rio Zêzere, não identifica nem explicita os pressupostos das bacias hidrográficas ou das áreas desprezadas para a contribuição de escoamento, não contendo qualquer detalhe relativamente ao critério e escolhas realizadas. O caudal de cheia para o período de retorno de 100 anos, na secção do rio Zêzere, à saída do concelho da Covilhã, é complexo face à dimensão da respetiva bacia hidrográfica, pelo que nem toda a área da bacia encontrar-se-á efetivamente, ao mesmo tempo, a contribuir para o caudal de cheia. Esta situação pode ser modelada com base no modelo de transformação de precipitação em escoamento HEC-HMS, aplicando a formulação baseada no hidrograma unitário sintético do Soil Conservation Service (SCS). O modelo de perdas a considerar é o do SCS, que estima as perdas contínuas com base no número de escoamento (<i>Curve Number</i>), com definição de um valor médio de número de escoamento por sub-bacia e considerando condições antecedentes de humidade III. Deve ser apresentado o detalhe dos procedimentos adotados, dados de base, informação intermédia, resultados finais (MDT, secções, área das bacias e subbacias, tc, Qp, perfis, cotas de cheia, profundidade, velocidade de escoamento, ...).</p> <p>Nota - Dunne, T. and Black, R. D. (1970). <i>Partial area contributions to storm runoff in a small New England watershed</i>. <i>Water Resources Research</i>.</p>	Recomendação acolhida
APA.ZAC.2 6	9	5.5. A ZAC apresenta diversas incoerências decorrentes da modelação hidrológica e hidráulica, bem como inconsistências gráficas (exemplos meramente ilustrativos a Figuras 1 a 5).	Será efetuada a devida alteração.	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-

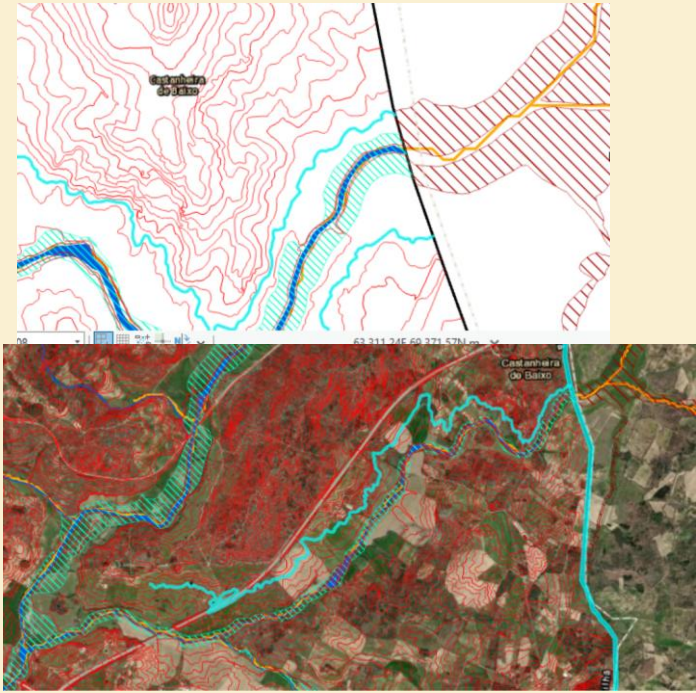
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.2 7	9	5.6. Devem ainda ser atendidas as seguintes questões: O EHH deve considerar as secções dos cursos de água em áreas com risco significativo para pessoas e bens (aglomerados urbanos, secções de estrangulamento em infraestruturas viárias, designadamente, passagens hidráulicas, pontes, viadutos, secções de montante e de jusante de troços cobertos e troços singulares do concelho que mereçam interesse, pelo impacte que possam ter sobre os elementos expostos).	<p>As secções são consideradas, uma vez que nos estrangulamentos identificados na cartografia de base homologada, são inseridas secções a montante e a jusante das mesmas.</p> <p>Destaca-se, também, que é necessário atender à escala da cartografia de base que suporta a delimitação da REN. Ou seja, não será expectável (nem viável) que se elaborem, no âmbito da delimitação da REN, estudos hidráulicos de detalhe (à escala do projeto) que substituam ou validem aqueles que são/devem ser efetuados para efeitos de construção de grandes infraestruturas viárias. Assume-se, também, que o dimensionamento das grandes infraestruturas (ex.: passagens hidráulicas) terá sido efetuado para caudal com período de retorno de 100 anos.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Insiste-se na consideração das secções potencialmente críticas dos cursos de água (entrada e saída de aglomerados urbanos, secções de estrangulamento em infraestruturas viárias, designadamente, passagens hidráulicas, pontes, viadutos, secções de montante e de jusante de troços cobertos e troços singulares do concelho que mereçam interesse, pelo impacte que possam ter sobre os elementos expostos).</p> <p>Estas secções devem ser objeto de levantamento topográfico ou de informação de maior detalhe do que a altimetria de base (exemplo, projetos ou estudos existentes). No caso de pontes e viadutos recentes pode-se concluir que os mesmos foram projetados para a cheia centenária, contudo, sempre que possível, o mesmo deverá ser confirmado nos respetivos projetos e/ou junto das entidades promotoras ou executantes.</p> <p>Devem ser apresentados os resultados intermédios do EHH para cada uma das secções estudadas.</p>	Recomendação acolhida
APA.ZAC.2 8	9	Detalhar as metodologias consideradas. A Proposta deverá compreender tanto a explicitação das metodologias adotadas, como toda a informação de base assumida, em que se inclui as secções singulares de avaliação e as respetivas bacias hidrográficas, as secções dos cursos de água mais elucidativas ao longo dos perfis, a correspondente informação geográfica “shapefile”, a geometria e o caudal de cheia nas diversas secções, e os resultados obtidos com a modelação hidráulica, em particular, a altura e velocidade de escoamento, para a situação do período de retorno de 100 anos (incluir informação geográfica), com vista à delimitação das ZAC. Deve também integrar a pormenorização os procedimentos e os resultados intermédios.	Informação será inserida/densificada em anexo ao EHH	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-

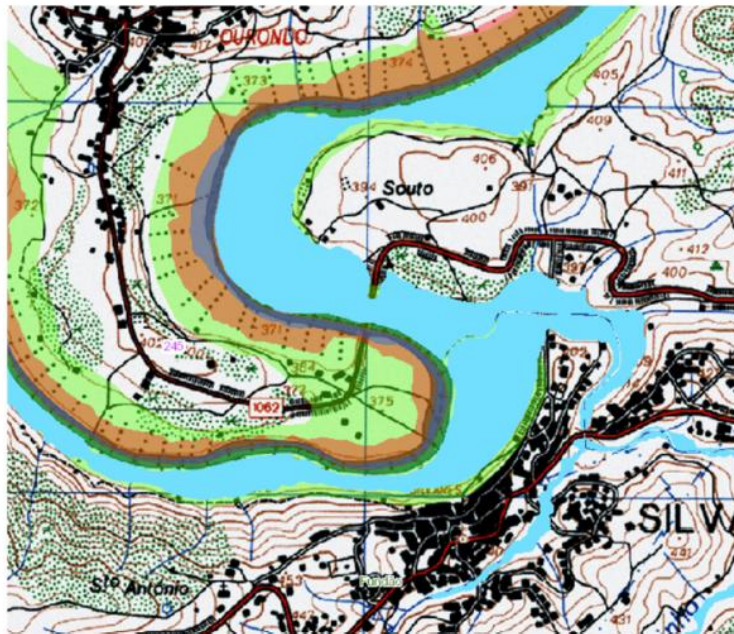



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.2 9	9	<p><i>A proposta deve ser complementada com trabalho de campo, confrontação com ortofotomapas atualizados, e os resultados obtidos serem comparados com os registos de cheias existentes, por via de testemunhos, notícias regionais e registos do Serviço Municipal de Proteção Civil, ainda que as ocorrências havidas possam não corresponder à cheia centenária.</i></p> <p><i>Note-se que as OENR estipulam que “a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve ser adequadamente descrita e documentada e ter por base informação fiável, devidamente validada através de observações de campo, tendo em conta as marcas e registos das maiores cheias conhecidas”.</i></p>	<p>O Município não dispõe de registos de cheias oficiais ou fidedignos, que possam ser utilizados para validação do modelo. Essa ressalva será devidamente esclarecida no EHH e na MDJ da REN.</p> <p>Conforme referido pela entidade, as eventuais ocorrências havidas podem “não corresponder à cheia centenária”, pelo que se solicita esclarecimento sobre a forma como se deve proceder, na delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, caso venham a ser identificadas cotas de cheia (ex.: fornecidas pela APA) que sejam significativamente superiores às resultantes da modelação hidráulica, mesmo após alteração de todos parâmetros/procedimentos metodológicos identificados no presente parecer (incluindo as “boas práticas”).</p> <p>Esta clarificação é determinante, na medida em que as OENR distinguem, claramente, as “zonas em que as cheias possam provocar impactos negativos importantes” (as quais consideram “sempre o período de retorno de 100 anos”, e que obrigam à elaboração de EHH) daquelas “em que os impactes das cheias em usos agrícolas ou florestais possuam pouca valoração” (onde se pode considerar apenas a representação da cota de maior cheia conhecida, determinadas a partir de marcas de cheia, registos vários, etc.).</p> <p>Volta-se a frisar que, em termos de cálculo de caudais (e de métodos cinemáticos avaliados), existe uma diferença significativa nos documentos que suportam a delimitação das ZAC nos concelhos vizinhos.</p>	Recomendação não acolhida.	<p><i>Mantém-se o pedido de que a proposta deve ser complementada com trabalho de campo, confrontação com ortofotomapas atualizados, e os resultados obtidos serem comparados com os registos de cheias existentes, por via de testemunhos, notícias regionais e registos do Serviço Municipal de Proteção Civil, ainda que as ocorrências havidas possam não corresponder à cheia centenária.</i></p> <p><i>Reforça-se que as cotas de cheias recolhidas ou identificadas devem ser representadas em cartografia e em informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos deverá compreender as coordenadas, a cota altimétrica e a origem da informação. Caso existam cotas de cheia rejeitadas ou ignoradas, deverá ser esclarecido o respetivo motivo.</i></p> <p><i>Quanto ao pedido da ET, de «esclarecimento sobre a forma como se deve proceder, na delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, caso venham a ser identificadas cotas de cheia (ex.: fornecidas pela APA) que sejam significativamente superiores às resultantes da modelação hidráulica, mesmo após alteração de todos parâmetros/procedimentos metodológicos identificados no presente parecer (incluindo as “boas práticas”)», as mesmas devem ser analisadas “caso a caso” e, embora se possa desconhecer a que período de retorno respeitam, os dados existentes não devem ser desconsiderados somente por esse facto, tanto mais que o aumento do número de ocorrências de fenómenos extremos, impactantes humana e economicamente obrigam, no mínimo, à ponderação desses dados.</i></p> <p><i>Relativamente às eventuais divergências existentes entre a delimitação das ZAC (e métodos usados) com os concelhos vizinhos, como referido no item APA.ZAC.09, “As OENR definem critérios permitindo flexibilidade nas metodologias e modelos a implementar na concretização dos Estudos Hidrológicos e Hidráulicos para a delimitação das ZAC. É plausível a existência de diferenças entre métodos adotados para a delimitação das ZAC de concelhos vizinhos, e incompatibilidade das ZAC nos limites dos concelhos decorrentes também de diferentes detalhes da altimetria utilizada e da incerteza inerente à aferição hidrológica. Compete às ETs ponderarem a melhor informação disponível e adequada a Portugal Continental, em específico às bacias hidrográficas em estudo, conjugada com trabalho de campo, consulta às Juntas de Freguesia, às notícias regionais, aos indivíduos mais idosos do concelho, às instituições de proteção civil concelhia ou regional e a outros estudos que possam existir, de modo a apurarem os eventos de cheias no território, que proporcionará a melhor delimitação possível das ZAC salvaguardando, para além das restantes funções desta tipologia, “A prevenção e redução de risco, garantindo a segurança de pessoas e bens”, nos termos da alínea i) do nº3 da alínea c) da Secção III do Anexo I do RJREN</i></p>	Recomendação acolhida

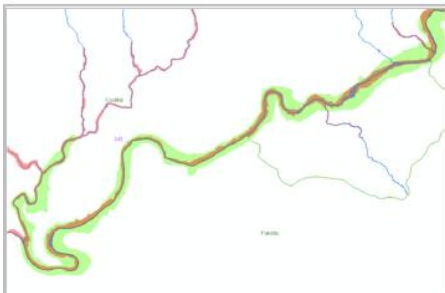
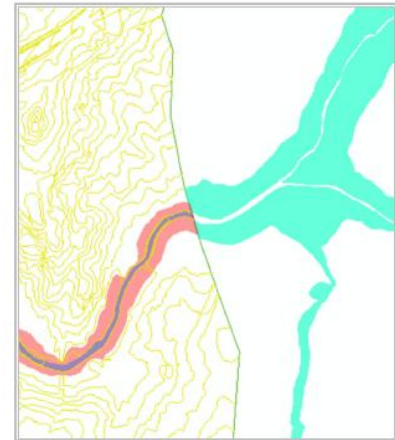
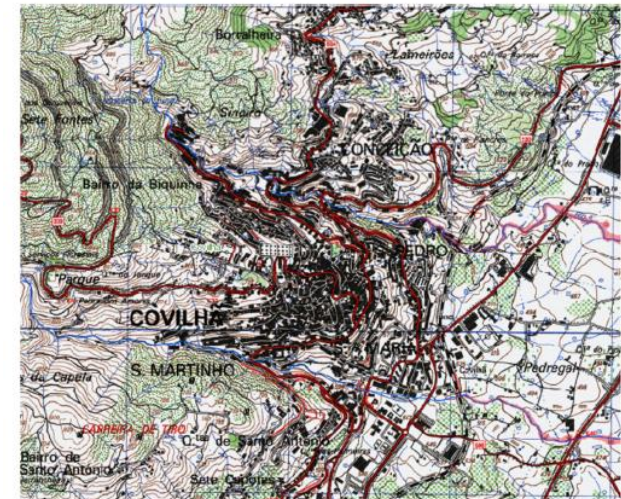
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.3 0	9 e 10	As cotas de cheia recolhidas ou identificadas devem ser representadas em cartografia e em informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos deverá compreender as coordenadas, a cota altimétrica e a origem da informação. Caso existam cotas de cheia existentes mas rejeitadas ou ignoradas, deverá ser esclarecido o respetivo motivo.	Ver ponderação ao ponto anterior.	Recomendação não acolhida.	Mantém-se esta solicitação, designadamente "As cotas de cheias recolhidas ou identificadas devem ser representadas em cartografia e em informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos deverá compreender as coordenadas, a cota altimétrica e a origem da informação. Caso existam cotas de cheia existentes, mas rejeitadas ou ignoradas, deverá ser esclarecido o respetivo motivo".	Recomendação acolhida
APA.ZAC.3 1	10	Deve ser verificada a aderência ao território da delimitação de ZAC. O limite da ZAC deve ser coerente com o traçado da respetiva linha de água, bem como com a topografia do terreno (acompanhando o andamento das curvas de nível), assegurando a mesma cota em ambas as margens de cada secção de escoamento.	Esta foi uma preocupação subjacente à delimitação das ZAC apresentada. Salienta-se, contudo, que o Município dispõe de cartografia de maior detalhe (escala 1:5000) do que a dos concelhos vizinhos, o que pode resultar de algum desfasamento entre as cotas representadas num concelho e no outro. Ver outros exemplos/imagens apresentados mais à frente.	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-
APA.ZAC.3 2	10	Deve ser apresentada a comparação quantitativa e percentual entre as áreas ameaçadas pelas cheias/áreas inundáveis em vigor e as áreas ZAC propostas, bem como a fundamentação relativamente às alterações preconizadas, face à futura proposta a submeter a apreciação.	Comparação será efetuada na proposta reformulada.	Recomendação acolhida	Sem considerações.	-

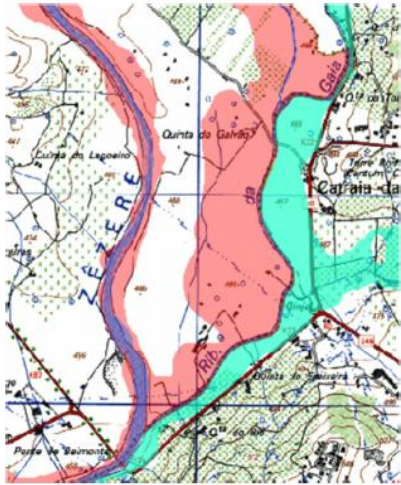
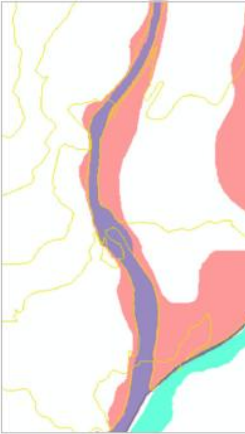
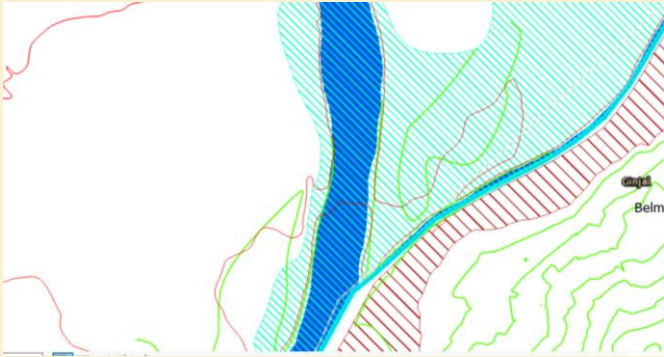


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.3 3	10	<i>Sempre que possível e justificável, a proposta das ZAC deve ser compatibilizada com as delimitações dos concelhos limítrofes, e fundamentadas eventuais alterações de carácter significativo.</i>	<p>Em termos de princípio, concorda-se com este pressuposto. No entanto, e conforme referido anteriormente, salienta-se as dificuldades que decorrem das escalas de detalhe distintas ao nível da cartografia (cartografia à escala 10.000 para os concelhos vizinhos; cartografia à escala 1:5000 para a Covilhã), que fazem com que essa compatibilização nem sempre seja possível.</p> <p>A situação elencada na Figura 4 do parecer é um bom exemplo disso. Conforme se pode verificar na fotografia abaixo (à esquerda), existe um desfasamento significativo de cotas entre as duas margens no concelho de Belmonte, que se torna claro quando se compara a delimitação da ZAC deste concelho com as curvas de nível à escala 1:5000 da Covilhã. Nesta zona, a ZAC de Belmonte atinge, na margem direita, a curva de nível de 432,5m (curva de nível seleccionada, a cor azul, na figura de baixo, à esquerda), estando muito abaixo dessa cota na margem esquerda (desse lado, mais próxima do valor obtido na Covilhã).</p>  <p>Importa garantir, sobretudo, que haja uma uniformização de critérios para a avaliação dos caudais de dimensionamento e para a modelação hidráulica nos diferentes concelhos. Na resposta ao ponto APA.ZAC.09 alerta-se para uma diferença significativa nos pressupostos que estiveram na base de delimitação da ZAC nos concelhos vizinhos, que será bastante difícil de sanar.</p>	<p><b>Questão a discutir em reunião setorial.</b></p>	<p><i>Insiste-se que, sempre que possível e justificável, a proposta das ZAC deve ser compatibilizada com as delimitações dos concelhos limítrofes, e fundamentadas eventuais alterações de carácter significativo. Todavia, a proposta não é excluída pelo facto de não existir perfeita compatibilização entre ZAC vizinhas, por força de altimetria de diferente pormenor e/ou por distintas metodologias de cálculo hidrológico e hidráulico, desde que devidamente fundamentado.</i></p> <p><i>Reforça-se o especificado no item APA.ZAC.09.</i></p>	<p><b>Recomendação parcialmente acolhida</b></p> <p>(em face da reformulação da delimitação da tipologia será efetuado um novo esforço de compatibilização com os concelhos vizinhos, sempre que possível e justificável)</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.3 4	10	6. Solicita-se que futuramente sejam remetidos, conjuntamente com a proposta, uma versão da MDJ com identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) e um quadro / tabela que sistematize as questões levantadas pela ARHTO e as respetivas respostas de modo a tornar eficaz a análise a efetuar, considerando-se a proposta incompleta caso estes elementos não sejam apresentados.	Será entregue o quadro de ponderação dos pareceres da APA / ARHTO, bem como a identificação das alterações no EHH.	<b>Recomendação acolhida</b>	Sem considerações.	
APA.ZAC.3 6	Anexo II – Figuras Ilustrativas	Figura 1 – Rio Zêzere. Silvares. Discrepância entre as ZAC proposta (a cor vermelho transparente) e a ZA ao rio Zêzere (a cor verde), e também com as ZAC aprovadas do concelho do Fundão (a cor azul claro) 	As diferenças resultam do conjunto de aspetos que foram referidos ao longo dos pontos anteriores. Aspeto a discutir em Reunião Setorial	<b>Questão a discutir em reunião setorial.</b>	Esta situação foi debatida na reunião setorial, tendo a ET optado pela ponderação da situação, inclusive por meio de levantamento de campo. A ET já havia detetado algumas incoerências/questões em termos de altimetria.	<b>Recomendação parcialmente acolhida</b>  (em face da reformulação da delimitação da tipologia esta situação será reponderada)
APA.ZAC.3 7		Figura 2 - Rio Zêzere em Silvares. Ponte de Silvares. A ZAC proposta mostra-se desconforme com o evento fotografado (Fonte – MDJ da REN do município do Fundão) 	As diferenças resultam do conjunto de aspetos que foram referidos ao longo dos pontos anteriores. Aspeto a discutir em Reunião Setorial	<b>Questão a discutir reunião setorial.</b>	Esta situação foi debatida na reunião setorial, tendo a ET optado pela ponderação da situação, inclusive por meio de levantamentos de campo. A ET já havia detetado algumas incoerências/questões em termos de altimetria. Reforça-se a existência de registos fotográficos.	<b>Recomendação parcialmente acolhida</b>  (em face da reformulação da delimitação da tipologia esta situação será reponderada)



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.38		<p>Figura 3 – Divergência acentuada entre a proposta das ZAC e a ZA ao rio Zêzere (a cor verde)</p> 	Ver ponderação ao ponto APA.ZAC.24	-	<p>Deve ser realizada a comparação entre a proposta de ZAC e a ZA ao rio Zêzere, embora não se pretenda uma confrontação de pormenor, mas que seja avaliada a enorme discrepância de áreas entre as mesmas, que esta seja contabilizada, corrigida e/ou fundamentada.</p>	Recomendação acolhida
APA.ZAC.39		<p>Figura 4 – Ribeira das Inguias/ribeira de Caria. Descontinuidade na ligação entre concelhos; A ZAC da Covilhã não apresenta a mesma cota em ambas as margens, no limite com o concelho de Belmonte</p> 	Ver ponderação ao ponto APA.ZAC.33	-	<p>Insiste-se que, sempre que possível e justificável, a proposta das ZAC deve ser compatibilizada com as delimitações dos concelhos limítrofes, e fundamentadas eventuais alterações de carácter significativo. Todavia, a proposta não é excluída pelo facto de não existir perfeita compatibilização entre ZAC vizinhas, por força de altimetria de diferente pormenor e/ou por distintas metodologias de cálculo hidrológico e hidráulico, desde que devidamente fundamentado.</p> <p>Reforça-se o especificado no item APA.ZAC.09.</p> <p>Reforça-se igualmente que as duas margens da delimitação ZAC, no mesmo concelho, devem ser conformes.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p> <p>(em face da reformulação da delimitação da tipologia será efetuado um novo esforço de compatibilização com os concelhos vizinhos, sempre que possível e justificável)</p>
APA.ZAC.40		<p>Figura 5 – Aglomerado urbano da Covilhã. Limitada a norte e a sul por cursos de água de montanha, encaixados. Proposta de ZAC (a cor vermelha)</p> 	(sem questão associada)	-	<p>Averiguar a proximidade dos dois cursos de água ao aglomerado da Covilhã, no âmbito da aferição das ZAC.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p> <p>(em face da reformulação da delimitação da tipologia esta situação será averiguada)</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro2024)	Considerações da APA/ARHTO, decorrentes da reunião de 14/10/2024, com continuidade a 23/10/2024, e da apreciação do teor das Notas/Comentários da Equipa Técnica (ET)	RESULTADO DA 2ª PONDERAÇÃO (novembro 2024)
APA.ZAC.40		<p><i>Figura 6 – Confluência da ribeira de Gaia com o rio Zêzere (a vermelho e a azul, as ZAC da Covilhã e de Belmonte, respetivamente). Falta de aderência às curvas de nível. Cotas distintas nas margens dos cursos de água. Minimização do efeito de regolfo.</i></p>  	<p>A proposta de delimitação da ZAC da Covilhã apresenta aderência às curvas de nível à escala 1:5000. Nesta zona, a altimetria da cartografia de Belmonte não permite que se efetue uma compatibilização rigorosa das cotas.</p> <p>Na imagem exemplificativa abaixo, apresenta-se um exemplo de sobreposição entre as curvas de nível das cartografias de base (1:5000 da Covilhã, a vermelho, e 1:10.000 de Belmonte, a verde), que torna evidente as significativas diferenças existentes na cartografia de base.</p>  <p>Trata-se de mais um caso onde será, no entender da Equipa Técnica, de privilegiar o maior rigor que é conferido pela cartografia de base do concelho de Covilhã.</p>	<p><b>Questão a discutir em reunião setorial.</b></p>	<p><i>Não obstante a diferença de detalhe da cartografia de base considerada nos concelhos da Covilhã e de Belmonte, reforça-se que as duas margens da delimitação das ZAC, no mesmo concelho, devem ser conformes.</i></p> <p><i>Por outro lado, este exemplo mostra que a delimitação proposta para o concelho da Covilhã apresenta-se subdimensionada face ao observável na figura em Anexo, referente à ocorrência de cheia no ano de 2000 (Fonte - Figura 79 da MDJ da REN de Belmonte, versão G, fornecida pelo Arquivo Municipal de Belmonte).</i></p> <p><i>Ribeira da Aldeia do Carvalho, em Aldeia do Carvalho.</i></p> <p><i>A cartografia de base, não obstante se apresente homologada, não deve, sempre que se mostrar incompatível com o verificado no terreno, obstar à correção da delimitação das ZAC proposta.</i></p>	<p><b>Recomendação parcialmente acolhida</b></p> <p>(em face da reformulação da delimitação da tipologia esta situação será averiguada)</p>